

CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO – CGL  
SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS  
MODALIDADE CONCURSO PÚBLICO

Programa RS SEGURO COMUNIDADE

**CONCURSO PÚBLICO NACIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO PARA  
PROJETO URBANÍSTICO INTEGRADO – PUI NO TERRITÓRIO RUBEM BERTA  
EM PORTO ALEGRE, RS**

ANEXO IX – PROGRAMA DE NECESSIDADES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/0801-0000355-8  
INFORMAÇÕES, INSCRIÇÕES E DOCUMENTOS NO PORTAL:

[www.concursosseguro.org.br](http://www.concursosseguro.org.br)  
[www.estado.rs.gov.br/rs-seguro-comunidade-rubem-berta](http://www.estado.rs.gov.br/rs-seguro-comunidade-rubem-berta)

Porto Alegre, janeiro de 2025.

**CONCURSO PÚBLICO NACIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO PARA PROJETO URBANÍSTICO INTEGRADO NO TERRITÓRIO RUBEM BERTA – PORTO ALEGRE, RS**

**PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONCURSO:  
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**Unidade de Coordenação do Programa  
RS Seguro/Gabinete do Governador:**

Aline Silva Fontoura De Barcellos  
Antônio Carlos Pacheco Padilha  
Carla Catarina Cardoso  
Clarice Mello Guimarães Mautone  
Elisângela Veiga da Silva  
Giovana Mazzarolo Foppa  
Thais Touguinha Zeltser

**Secretaria de Desenvolvimento Urbano do  
Estado do Rio Grande do Sul**

Carlos Rafael Mallmann  
Isabel Thees Castro  
Isabel L. R. de Azeredo Coutinho Ribeiro  
Tassiele Francescon

**Secretaria de Planejamento,  
Governança e Gestão**

**Central de Licitações**

Cleber da Silva Ramos  
Felipe Moreira Cruzeiro  
Izabel Christina Cotta Matte  
Pâmela Roberta da Rosa Maciel

**Secretaria de Obras do Estado do Rio  
Grande do Sul**

Bruna Gabrielle da Costa e Silva Negreiros  
Daniel Candeloro Ferrari  
Johny Berti

**Laboratório de Estudos e Tecnologias BIM**

Mirelly Dantas Mendes

Escritório de Desenvolvimento de Projetos  
Bianka Nieckel da Costa Roloff

**CONSULTORIA E ACESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA:  
INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL – DEPARTAMENTO DO RIO GRANDE DO SUL**

**Coordenação Geral do Concurso**

Tiago Holzmann Da Silva

**Coordenação Geral da Etapa Participação  
Comunitária**

Clarice Misoczky de Oliveira

**Coordenação Adjunta do Concurso**

Francieli F. Schallenberger  
Jéssica Neves Marçaneiro

**Equipe da Etapa Participação Comunitária**

Ana Aguirre Silveira da Rosa  
Elisa Escosteguy Utzig

**Secretaria Executiva**

Madalena Gusen

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>1.1. Programa RS SEGURO e RS SEGURO COMunidade</b> .....	<b>4</b>
<b>1.2. Concurso para um Projeto Urbanístico Integrado</b> .....	<b>6</b>
1.2.1. Primeira Etapa – Participação Comunitária.....	7
1.2.1.1. Metodologia.....	8
1.2.2. Segunda Etapa – O Concurso .....	9
<b>2. OBJETIVO</b> .....	<b>10</b>
<b>3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE</b> .....	<b>10</b>
<b>3.1. Breve Histórico</b> .....	<b>10</b>
<b>3.2. Características Gerais</b> .....	<b>11</b>
<b>3.3. Clima, temperatura e precipitação</b> .....	<b>12</b>
<b>3.4. Características Socioeconômicas</b> .....	<b>12</b>
3.4.1. Perfil Populacional.....	12
3.4.2. Perfil Econômico .....	12
3.4.3. Educação.....	13
<b>4. ÁREAS DE INTERVENÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>4.1. Os Terrenos</b> .....	<b>16</b>
4.1.1. Terreno A – Praça Major Rubem Berta.....	16
4.1.2. Terreno B – Praça Núcleo 18.....	21
4.1.3. Terrenos C – Composto pelos Terrenos C1 e C2.....	23
4.1.3.1. Terreno C1 – Praça Domênico Feoli.....	24
4.1.3.2. Terreno C2 – Campinho .....	27
4.1.4. Terreno D – Praça do Povo Palestino.....	29
4.1.5. Terreno E – Campo do Safira .....	34
<b>5. PROGRAMA DE NECESSIDADES</b> .....	<b>40</b>
<b>5.1. Espaços Abertos</b> .....	<b>41</b>
<b>5.2. Espaços Abertos Cobertos</b> .....	<b>44</b>
<b>5.3. Espaços Fechados</b> .....	<b>46</b>
<b>6. VIAS DE INTERVENÇÃO</b> .....	<b>47</b>
<b>7. DIRETRIZES GERAIS DE PROJETO</b> .....	<b>54</b>
<b>7.1. Sustentabilidade</b> .....	<b>55</b>
<b>7.2. Acessibilidade</b> .....	<b>57</b>
<b>7.3. Habitabilidade</b> .....	<b>58</b>
<b>7.4. Exequibilidade, Economia, Viabilidade Técnico-construtiva e Custo</b> <b>Estimado</b> .....	<b>59</b>
<b>7.5. Inovação</b> .....	<b>60</b>
<b>7.6. Urbanismo e Paisagismo</b> .....	<b>60</b>
<b>7.7. Iluminação Pública</b> .....	<b>61</b>
<b>7.8. Equipamentos e Mobiliário urbano</b> .....	<b>62</b>
<b>8. DIRETRIZES LEGAIS</b> .....	<b>62</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

Este é um documento anexo ao Edital do Concurso Público Nacional de Arquitetura e Urbanismo para o Projeto Urbanístico Integrado no Território Rubem Berta, Porto Alegre -RS (PUI Rubem Berta), e apresenta os objetivos, as diretrizes, o programa de necessidades, as condicionantes do projeto e demais informações necessárias ao desenvolvimento de propostas para o Concurso.

O Concurso para o PUI no Território Rubem Berta é promovido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul – no âmbito do Gabinete do Governador, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEDUR), da Secretaria de Obras Públicas (SOP), da Secretaria de Planejamento Governança e Gestão (SPGG), por meio da Central de Licitações (CELIC) e do Laboratório de Estudos de Tecnologias BIM (LaBIM) –, contando com a consultoria e assessoria técnica especializada do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio Grande do Sul - IAB RS.

O certame faz parte do programa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o **RS Seguro COMunidade**, que por sua vez, integra o Programa **RS Seguro**.

### 1.1. Programa RS SEGURO e RS SEGURO COMunidade<sup>1</sup>

O RS SEGURO, lançado em fevereiro de 2019, tem como objetivo oferecer aos gaúchos um Estado mais civilizado para residir e investir. Trata-se de um Programa Transversal e Estruturante de Segurança Pública, baseado em estudos sobre a criminalidade, reconhecendo que a violência é uma questão que vai além da segurança, representando também desafios sociais e econômicos. Com medidas estruturantes, a partir das diretrizes Integração + Inteligência + Investimento Qualificado, o programa foi planejado para alcançar diversas áreas do governo do Estado e é norteado por quatro eixos principais: **Eixo 1 - Combate ao Crime; Eixo 2 - Políticas Sociais Preventivas e Transversais; Eixo 3 - Qualificação do Atendimento ao Cidadão e Valorização Profissional; e Eixo 4 - Sistema Prisional.**

Com a integração de diversas áreas do governo do Estado, é executado em parceria com a União, Municípios, outros Poderes, iniciativa privada e sociedade civil, buscando

---

<sup>1</sup> RIO GRANDE DO SUL, 2024. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/rs-seguro>.

soluções sustentáveis para a melhoria contínua dos indicadores de criminalidade no Rio Grande do Sul.

Durante sua primeira fase, entre 2019 e 2022, o programa priorizou 83 bairros em 23 municípios do Estado, com os piores indicadores de criminalidade violenta. Após quatro anos de implantação, o programa registrou uma queda significativa nos principais indicadores criminais. No entanto, embora o “Eixo 1 - Combate ao Crime” tenha demonstrado impactos significativos, identificou-se a necessidade de aprimorar o **“Eixo 2 - Políticas Sociais Preventivas e Transversais”** para o ciclo 2023-2026.

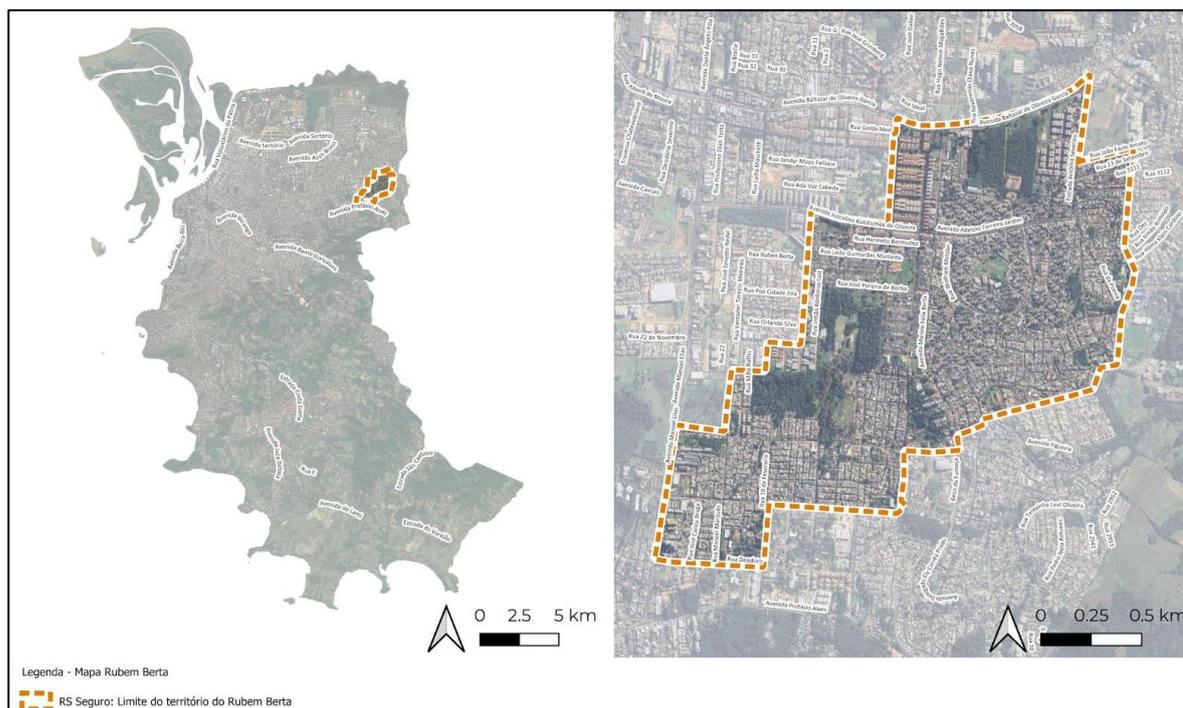
O Eixo 2 do Programa trata sobre políticas sociais, reconhecendo que as políticas de prevenção à violência e a promoção da cultura de paz contribuem, significativamente, com a qualificação da segurança. Considerando que a violência possui várias motivações, as estratégias preventivas devem ser múltiplas e desenvolvidas de maneira coordenada, intersetorial e com o envolvimento de vários atores públicos e sociais, com ações voltadas para garantia de direitos, redução dos fatores de risco e aumento dos fatores de proteção. Com atuação integrada, este Eixo desenvolve ações com impacto na melhoria da condição de vida e convivência das famílias, tais como:

- Infraestrutura e urbanismo: iluminação pública, saneamento básico, poda de árvores, recuperação de praças, regularização fundiária, entre outras;
- Cultura, esporte e lazer: ampliação e qualificação dos espaços públicos, com destaque para as escolas, praças e quadras esportivas públicas;
- Saúde: utilização das redes de atendimento, qualificando os serviços da Atenção Primária à Saúde (APS) e do Programa Primeira Infância Melhor (PIM);
- Qualificação profissional e acesso ao mercado de trabalho: iniciativas que promovam a produção e a renda;
- Educação: ações com foco na prontidão e redução da evasão escolar e distorção idade-ano.

Nesse contexto, foi criado o **“RS Seguro COMunidade”**, um desdobramento do Eixo 2, que foca sua atuação em microterritórios com os maiores indicadores de crimes violentos letais intencionais (CVLI), consumados e tentados, entre 2018 e 2022, além de considerar as áreas mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico.

Por meio de estudo específico sobre CVLI entre 2018 e 2022, em cruzamento com indicadores de vulnerabilidade sob a perspectiva socioeconômica, obteve-se como resultado o mapeamento de 44 territórios (*clusters*) com altos índices de violência, distribuídos em vários municípios do estado. O território denominado **Rubem Berta, em Porto Alegre -RS** (Figura 1), foi o terceiro colocado no ranking.

Figura 1 - Delimitação inicial do território Ruber Berta, conforme o Programa RS Seguro COMUNIDADE.



Fonte: Elaborado por Elisa Utzig e Ana Aguirre com base em dados do GOV RS.

## 1.2. Concurso para um Projeto Urbanístico Integrado

O campo da Arquitetura e Urbanismo, quando orientado à **integração social em uma rede de espaços públicos**, principalmente em **áreas vulneráveis**, tem se mostrado um instrumento eficaz no **combate à violência urbana**. Temas como mobilidade, integração, administração, redução da pobreza e violência são abordadas de maneira conjunta em um único projeto espacial. Além de concentrar esforços em territórios com altos índices de violência, adotando ações específicas para sua redução, o enfoque é dado na **valorização da experiência e da história das comunidades locais**, promovendo sua participação ativa nos projetos e reconhecendo a importância das vozes da comunidade. Nesse contexto, o conceito

de **Urbanismo Social** se materializa no Projeto Urbanístico Integrado, que é um componente fundamental do Eixo 2 do Programa RS Seguro<sup>2</sup>.

O conceito de PUI envolve o uso de ferramentas de desenvolvimento social e físico, aliado à coordenação interinstitucional, para transformar os setores da cidade que possuem maiores necessidades. Os PUIs têm como premissa o desenvolvimento de intervenções urbanas para a melhoria de áreas informais e da qualidade de vida de seus habitantes, na medida em que se promove a **reintegração física e social de áreas vulneráveis da cidade**.

Assim, a escolha pela modalidade de Concurso Público de Projeto foi motivada, sobretudo, pela proposta de garantir o envolvimento e a participação direta da comunidade que ocupa o território.

A partir da delimitação do microterritório de intervenção dentro do território Rubem Berta, o Concurso Público Nacional de Arquitetura e Urbanismo para o Projeto Urbanístico Integrado no Território Rubem Berta (PUI Rubem Berta), na cidade de Porto Alegre-RS teve, então, sua estruturação dividida em duas grandes etapas, sendo a primeira, já encerrada, denominada etapa **PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA**<sup>3</sup>, e a segunda, etapa **CONCURSO**, o que o torna parte dos primeiros Concursos Públicos de Projeto organizado pelo IAB RS a implementar uma etapa com metodologia própria de participação comunitária.

### **1.2.1. Primeira Etapa – Participação Comunitária**

A **Primeira Etapa** buscou integrar as dimensões físicas, sociais e interinstitucionais dos PUI, tanto para a etapa de leitura quanto para a de propostas. Para a **dimensão física** o enfoque no ambiente construído dos espaços públicos e infraestruturas urbanas, suas carências, necessidades e potencialidades. Para a **dimensão social** da incorporação de um processo comunitário desde o início do processo, na qual os participantes reconhecem o espaço físico a partir das suas relações da vida cotidianas com o espaço. Para a **dimensão interinstitucional**, a transparência no processo de escolhas dos terrenos e definição do programa de necessidades a partir de limitações e potencialidades desde as perspectivas: (i) administrativa, da interação entre os diferentes entes federativos (município, estado e união), envolvendo a disponibilidade de terra sem a previsão de projetos e com viabilidade de

---

<sup>2</sup> Para mais informações sobre o programa acesse: <https://ssp.rs.gov.br/rs-seguro>.

<sup>3</sup> Para saber mais sobre esta etapa, consultar o Relatório da Etapa de Participação Comunitária, disponível para consulta no site oficial do Concurso: [comunidade.rubemberta.concursosseguro.org.br](http://comunidade.rubemberta.concursosseguro.org.br)

tramitação documental; (ii) gestão, do tempo dos processos administrativos e de recursos orçamentários; (iii) normativa, da adequação à legislação urbanística e ambiental vigente; (iv) comunitária, da criação do sentimento de pertencimento da população pelo diálogo nas diferentes etapas do processo.

A partir da descrição das dimensões do PUI, é possível perceber o trabalho técnico em diálogo com o trabalho comunitário. Para tanto foi estabelecido o seguinte fluxo de trabalho entre as equipes do Governo RS e IAB RS: definição orçamentária (Gov RS), definição preliminar dos terrenos (Gov RS e IAB RS), definição da metodologia participativa (IAB RS), sistematização e análise técnica urbana e socioambiental (IAB RS), mobilização social para participação comunitária (Gov RS), realização das oficinas territoriais (Gov RS e IAB RS), viabilidade orçamentária das propostas (Gov RS), sistematização e análise e consolidação dos resultados (IAB RS).

### **1.2.1.1. Metodologia**

Todas as oficinas foram realizadas contemplando os seguintes procedimentos: apresentação do Programa RS Seguro COMunidade e dos Concursos Nacionais de Projetos, capacitação, trabalho em pequenos grupos de participantes acompanhados de mediadores, apresentação dos resultados dos grupos, seguido de debate final.

#### **Oficina I. Leitura do território**

Preparação da oficina: análise dos dados da pesquisa quantitativa realizada pelo Data Favela/Comunitas no território. A partir disso, foram definidos os temas a serem abordados no PUI, tais sendo: (i) equipamentos de cultura, esporte, lazer e organização comunitária; e (ii) mobilidade urbana, infraestrutura e meio ambiente. **Leitura técnica do território** a partir da elaboração de mapas sínteses organizadas de acordo com os temas definidos. Sua elaboração partiu do levantamento de dados territorializados fornecidos pelo Município de Porto Alegre e pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, complementados por dados de outras fontes públicas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e por dados abertos, como aqueles disponíveis na plataforma Open Street Map. Preparação das perguntas do grupo focal (oficinas) de modo a qualificar as informações e dar voz à comunidade.

Objetivo da oficina: Desenvolvimento de cartografias sociais a partir de necessidades e potencialidades do território para cada um dos temas escolhidos. Nesse momento também é possível a identificação de áreas de intervenção em potencial.

## **Oficina II. Propostas**

Preparação da oficina: sistematização dos resultados da Oficina I, desenvolvimento, análise e síntese entre as leituras técnica e comunitária. Estudo de viabilidade de eventuais áreas identificadas pela comunidade com potencial de intervenção.

Objetivo da oficina: escolha dos usos e atividades para cada terreno selecionado para o PUI, dos elementos que constituem a paisagem e o sistema viário.

## **Oficina III. Consolidação**

Preparação da oficina: sistematização, análise de viabilidade técnica e compatibilidade orçamentária para a composição de cenários a partir dos usos mais mencionados pelas comunidades por terreno. O processo de construção dos cenários foi baseado nos seguintes passos: identificação das propostas, pré-dimensionamento das áreas, combinação dos usos mais escolhidos, as relações de proximidade e vizinhança entre terrenos, tendo em vista que cada grupo construiu composições de usos diferentes entre terrenos, compatibilização com as normas urbanísticas e ambientais. Por vezes, os terrenos podem apresentar composições diversas. Os cenários podem ser vinculados ou não, a depender dos usos âncora definidos para cada terreno.

Objetivo da oficina: a escolha dos cenários a partir de apresentação, debate e votação direta realizada pelos participantes.

### **1.2.2. Segunda Etapa – O Concurso**

A **Segunda Etapa** trata do Concurso propriamente dito, isto é, a fase atual da iniciativa. A partir da elaboração das Bases Oficiais do Concurso, entre os demais trâmites já consolidados na organização de Concursos pelo IAB, foi aberto o processo licitatório, com os períodos de desenvolvimento, julgamento e seleção de propostas estabelecido conforme cronograma na Folha de Dados.

Destaca-se que essa modalidade visa assegurar a construção de espaços de qualidade, uma vez que a seleção do responsável técnico para elaborar o projeto baseia-se **no critério da excelência**, por meio de um processo democrático que escolhe a **proposta técnica mais qualificada** para a solução do PUI proposto.

Com essa abordagem, busca-se contribuir para tornar o Rio Grande do Sul um estado mais seguro e acolhedor. Seguindo o exemplo de experiências nacionais adaptadas à

realidade estadual, o objetivo é implementar ações de prevenção direcionadas especificamente às comunidades mais violentas e vulneráveis socioeconomicamente, aplicando estratégias de intervenção urbana com foco no aspecto social. Assim, o Programa espera alcançar resultados que contribuam de forma significativa para o fortalecimento das políticas de prevenção à violência e para a promoção de uma cultura de paz no Estado do Rio Grande do Sul.

## **2. OBJETIVO**

O objeto do concurso consiste no Estudo Preliminar para Projeto Urbanístico Integrado para a urbanização e qualificação de espaços e equipamentos públicos comunitários em cinco áreas no território do Rubem Berta no Município de Porto Alegre, com proposição de melhorias viárias e infraestruturas do entorno e da implantação de praças com áreas verdes e espaços de uso coletivo, além de áreas cobertas e edificadas de apoio, contemplando atividades de cultura, de lazer, esportivas e comunitárias.

## **3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE<sup>4</sup>**

### **3.1. Breve Histórico**

Porto Alegre é a capital do estado do Rio Grande do Sul, situada na Região Sul do Brasil. A cidade está localizada na margem leste do Lago Guaíba, que serve como uma importante via fluvial e estuário para o Rio Jacuí, parte da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos. A posição geográfica de Porto Alegre é estratégica (Figura 2), sendo o ponto de convergência de importantes rodovias, como a BR-116 e BR-290, que conectam o município a outras grandes cidades brasileiras e à fronteira com o Uruguai e Argentina. Sua área total é de 496,8 km<sup>2</sup>, com uma expressiva área urbana que se estende por grande parte dessa extensão.

Figura 2 - Localização de Porto Alegre, RS (2000).

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/porto-alegre.html> e <https://prefeitura.poa.br/>



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2021).

Fundada em 26 de março de 1772, Porto Alegre começou como um pequeno povoado chamado Porto dos Casais, em referência aos primeiros casais açorianos que ali se estabeleceram. Em 1809, foi elevada à condição de vila e, em 1822, tornou-se capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, um status que mantém até hoje como capital do estado. Ao longo dos séculos, Porto Alegre se consolidou como um importante centro político, econômico e cultural do Brasil, abrigo de eventos de relevância nacional e internacional, como o Fórum Social Mundial.

### 3.2. Características Gerais

Porto Alegre é uma cidade com grande diversidade geográfica e ambiental, inserida no bioma Mata Atlântica, com áreas de relevo acidentado e vegetação nativa. Com uma população de cerca de 1,5 milhão de habitantes, a cidade é um dos principais polos

econômicos da região Sul do Brasil, destacando-se pela sua infraestrutura urbana bem desenvolvida e pela concentração de atividades industriais, comerciais e de serviços. Porto Alegre também é conhecida pela qualidade de vida, com uma ampla oferta de serviços de saúde, educação e lazer, além de uma rica vida cultural.

### **3.3. Clima, temperatura e precipitação<sup>5</sup>**

Porto Alegre possui um clima subtropical úmido, com verões quentes e invernos amenos. A temperatura média anual gira em torno de 19,5°C, com máximas que podem ultrapassar 35°C nos meses de verão e mínimas que podem chegar a 7°C no inverno. A precipitação média anual é de cerca de 1.340 mm, distribuída de forma relativamente uniforme ao longo do ano. No entanto, eventos de chuvas intensas, que podem causar alagamentos e algumas regiões da cidade, são mais comuns nos meses de verão.

### **3.4. Características Socioeconômicas<sup>6</sup>**

#### **3.4.1. Perfil Populacional**

Porto Alegre é caracterizada por uma grande diversidade social e cultural, resultado de um longo processo de imigração que incluiu alemães, italianos, africanos, poloneses e outras etnias. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da cidade é de 0,805, considerado alto, refletindo os bons indicadores de educação, renda e longevidade. A população é predominantemente urbana, com um perfil etário que abrange principalmente as faixas entre 25 e 59 anos, com ligeira predominância feminina.

#### **3.4.2. Perfil Econômico**

A economia de Porto Alegre é altamente diversificada, com forte presença do setor de serviços, que inclui desde o comércio tradicional até áreas de tecnologia e inovação. A cidade é sede de importantes instituições financeiras, empresas multinacionais e startups. Além disso, o setor industrial, com destaque para a indústria de transformação e a produção de alimentos, é significativo para a economia local.

---

<sup>5</sup> Disponível em Fontes: <https://www.cptec.inpe.br/rs/portoalegre>

<sup>6</sup> Disponível em Fontes: <https://www.cptec.inpe.br/rs/portoalegre>, <https://prefeitura.poa.br/> e <https://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/431490>

### **3.4.3. Educação**

Porto Alegre conta com um sistema educacional robusto, com instituições públicas e privadas que atendem desde a educação básica até o ensino superior. A cidade abriga importantes universidades, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que é referência em diversas áreas do conhecimento. Em 2022, Porto Alegre registrou mais de 300 mil matrículas na educação básica, distribuídas em uma vasta rede de escolas municipais, estaduais e privadas. A gestão da educação no município é realizada pela Secretaria Municipal de Educação, que coordena as políticas educacionais locais.

## **4. ÁREAS DE INTERVENÇÃO**

A definição dos territórios de atuação do RS Seguro COMunidade envolveu um estudo do Governo do Estado a respeito de crimes violentos e intencionais (CVLI) entre 2018 e 2022, em cruzamento com indicadores de vulnerabilidade sob a perspectiva socioeconômica. A partir do estudo, foram identificados os territórios com altos índices de violência, distribuídos em vários municípios do estado. Para os três primeiros no ranking serão promovidos os PUIs.

O território de Rubem Berta (Figura 3), está localizada na Zona Norte da cidade e faz divisa com o município de Alvorada. Sua infraestrutura apresenta áreas mais desenvolvidas e outras que ainda carecem de melhorias em serviços públicos e equipamentos urbanos.

A região possui uma história marcada pelo crescimento rápido e desordenado, resultando em desafios de urbanização e infraestrutura. Sua cultura é rica e diversificada, refletindo a pluralidade da população. No entanto, como muitos bairros periféricos, enfrenta problemas como violência e desigualdade social.

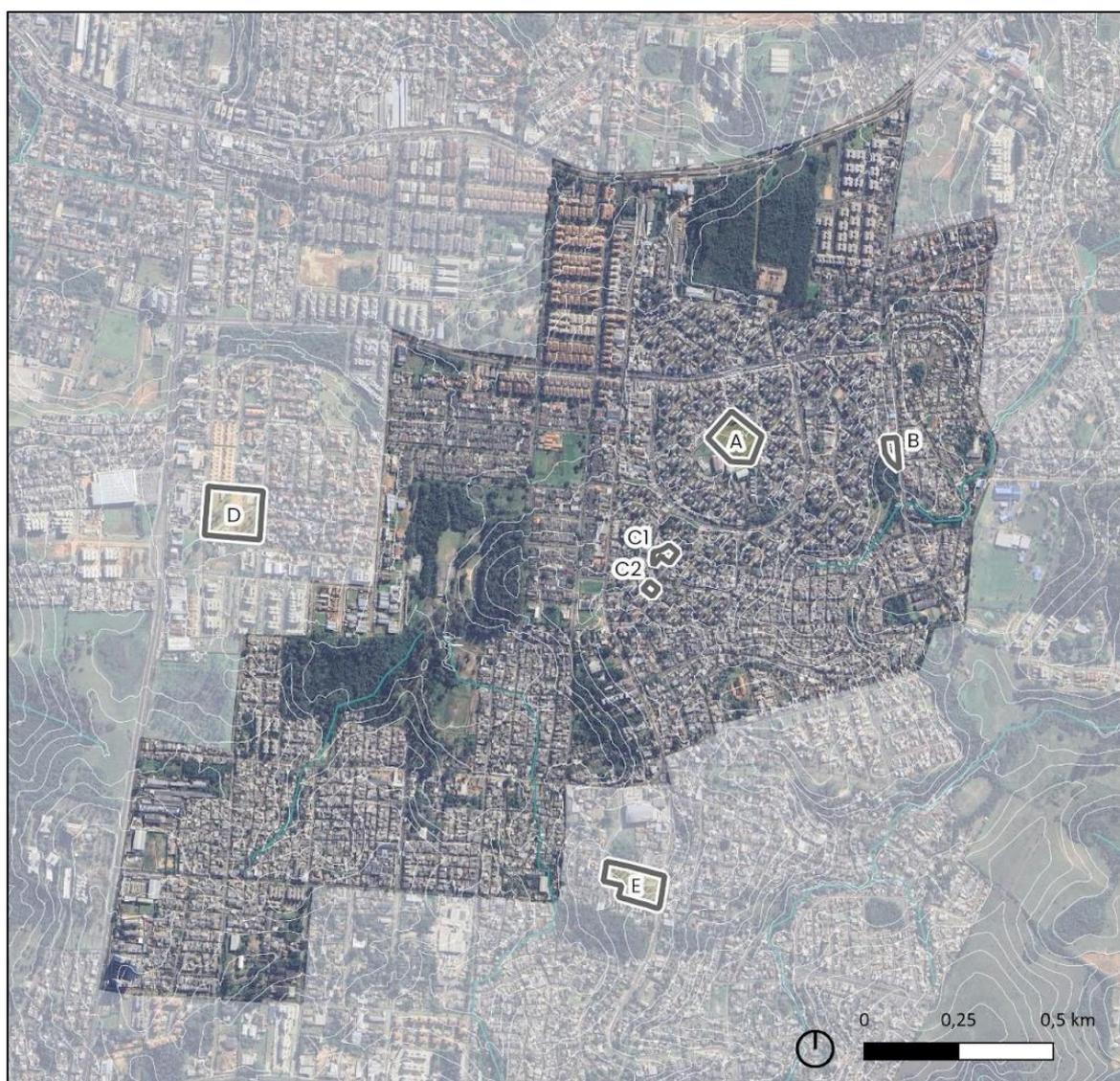
Rubem Berta conta com acesso parcial à rede de abastecimento de água, mas localidades como a comunidade Timbaúva permanecem desatendidas, e o esgotamento sanitário é frequentemente encaminhado à rede pluvial. Núcleos urbanos informais estão distribuídos por toda a extensão do bairro, e há vias precárias, calçadas em más condições e acúmulo de lixo, especialmente na Avenida Adelino Ferreira Jardim, evidenciando a necessidade de melhorias estruturais.

Apesar dos desafios, Rubem Berta oferece diversos pontos de interesse, como um comércio local diversificado, áreas verdes que funcionam como espaços de lazer e várias associações comunitárias que promovem atividades culturais, esportivas e sociais. Com uma



Tendo em vista que a inclusão de alguns terrenos no PUI ainda estavam em definição junto aos órgãos competentes no momento da primeira oficina comunitária, uma das atividades realizadas pelos participantes foi **sugerir outros possíveis terrenos públicos** para a intervenção do PUI. Após a sistematização das sugestões, as titularidades e disponibilidades de cada terreno foram verificadas. Entre os novos locais apontados, duas sugestões comunitárias foram incorporadas. A seleção consolidada de áreas do PUI Rubem Berta, portanto, foi composta por: (A) Praça Major Rubem Berta, conhecida como Campão, (B) Praça atrás do Núcleo 18, (C1) Praça Domenico Feoli e (C2) campinho, sugestões dos participantes da primeira oficina, (D) Praça Povo Palestino, sugestão dos participantes da primeira oficina e (E) Campo do Safira.

Figura 4 - Seleção consolidada de terrenos para intervenção do PUI Rubem Berta.



Fonte: Elaborado por Elisa Utzig e Ana Aguirre com base em dados do Gov RS.

As especificidades de cada um dos cinco terrenos serão apresentadas a seguir, com a descrição detalhada de suas principais características e condicionantes locais, com o objetivo de orientar o desenvolvimento das propostas, especialmente no que diz respeito às estratégias de implantação.

#### **4.1. Os Terrenos**

As condicionantes locais devem ser analisadas tanto sob a perspectiva das limitações e potencialidades de cada terreno, individualmente, quanto em relação às interações entre eles e com o entorno. Além dessas informações, serão incluídos o Programa de Necessidades dos terrenos e as demandas de intervenções nas vias.

Todas as propostas deverão atender ao programa mínimo indicado em cada um dos terrenos e vias a seguir, considerando a descrição e as exigências das tabelas. O programa, as áreas e as capacidades indicadas nos terrenos são aproximadas. O que significa que **as equipes têm liberdade para ampliar as áreas propostas e, claro, sugerir espaços e equipamentos que vão além do programa básico**, desde que respeitadas as diretrizes, as normas e a legislação vigente, a previsão orçamentária e demais exigências deste documento, do Edital e demais anexos.

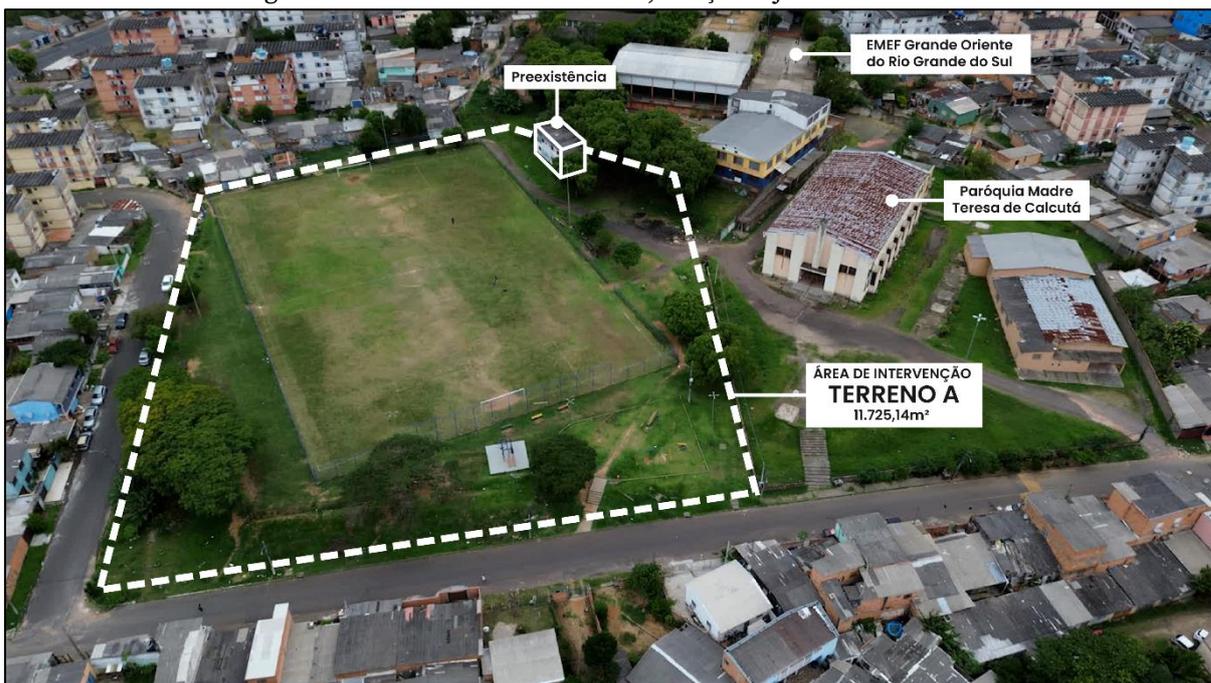
No item **“5. Programa de Necessidades”** as equipes poderão verificar o detalhamento do programa de modo geral e dos ambientes solicitados em cada terreno. Já o item **“6. Vias de Intervenção”** apresentam as vias (de pedestres, de automóveis ou compartilhadas) que devem receber propostas.

Em todos os terrenos (A, B, C, D e E) predomina a **proposição de manter e qualificar usos existentes**, que consolidam as praças já estabelecidas nos terrenos.

##### **4.1.1. Terreno A – Praça Major Rubem Berta**

O lote que corresponde ao Terreno A (Figuras 5 e 6) possui uma área total de 11.725,14 m<sup>2</sup> e está localizado entre as ruas Madre Teresa de Calcutá e Wolfram Metzler. Inserido em uma quadra predominantemente residencial, o entorno do terreno é composto por diversos edifícios habitacionais, popularmente conhecidos como COHABs e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Grande Oriente do Rio Grande do Sul.

Figura 5 - Vista aérea do Terreno A, Praça Major Rubem Berta.



Fonte: Adaptado por Francieli F. Schallenberg. Foto: REN Studios, 2024.

Figura 6 - Vista das edificações residenciais na mesma quadra do Terreno A.



Foto: REN Studios, 2024.

Entre os conjuntos residenciais, destacam-se várias vias de pedestres que conectam a Rua Wolfram Metzler à Praça, criando um sistema de circulação que integra os moradores ao espaço público (Figura 07 e 08). A Praça é amplamente utilizada tanto pelos moradores quanto pelos estudantes da escola vizinha, consolidando-se como um espaço central de convivência e interação social no bairro.

Figura 7 - Caminhos dentro do Terreno A.



Foto: REN Studios, 2024.

Figura 8 - Via de pedestre que conecta com o Terreno A.

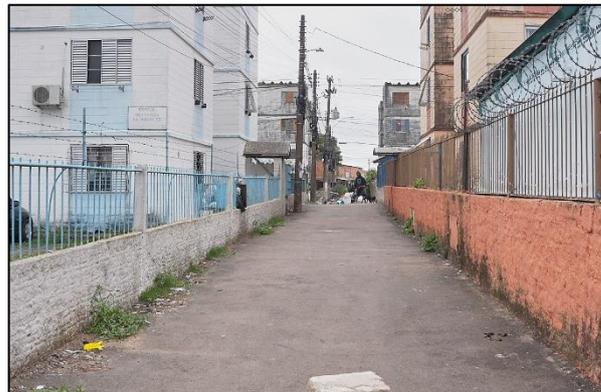


Foto: REN Studios, 2024.

Dentro do perímetro do Terreno A, existe uma série de estruturas que consolidam os usos comunitários. O espaço abriga uma academia ao ar livre (Figura 9), um parquinho infantil (Figura 10), um campo de futebol 11 e uma edificação construída pela comunidade local, atualmente utilizada ocasionalmente como vestiário.

Figura 9 - Academia ao ar livre.



Foto: REN Studios, 2024.

Figura 10 - Parquinho infantil.



Foto: REN Studios, 2024.

A edificação comunitária (Figura 11), de acordo com o diálogo realizado com os moradores, deve ser preservada em suas condições atuais, sem intervenções diretas previstas no âmbito do Projeto Urbano Integrado (PUI), mas poderá receber elementos que a complementem e ofereçam suporte, desde que respeitem sua integridade original. Da mesma maneira, o campo de futebol 11 (Figura 12) deve ser mantido, porém as intervenções deverão propor melhorias.

Figura 11 - Vista da edificação preexistente no Terreno A.



Foto: REN Studios, 2024.

Figura 12 - Vista do campo de futebol 11 preexistente no Terreno A.



Foto: REN Studios, 2024.

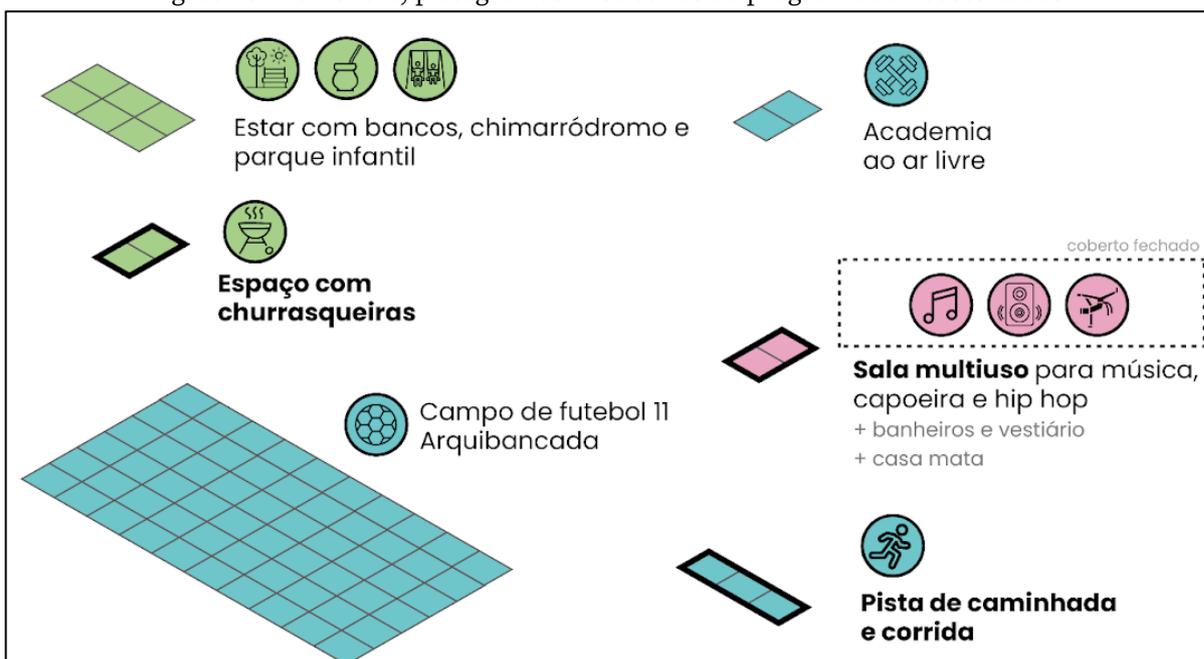
Essa abordagem busca valorizar as iniciativas locais já consolidadas, ampliando os usos do espaço e promovendo melhorias que atendam às práticas e necessidades da comunidade, fortalecendo seu protagonismo na transformação do território.

Importa destacar que o entorno do terreno é demarcado como Área Especial de Interesse Social (AEIS) e apresenta problemas relacionados à drenagem pluvial e ao esgotamento sanitário. A área foi mapeada como propensa a alagamentos, com presença de

esgoto a céu aberto e uma rede de esgoto classificada como parcial ou inexistente, conforme dados do DEMHAB/PMPA e DMAE/PMPA.

Os projetos para a Praça Major Rubem Berta devem priorizar melhorias que consolidem os usos e atividades existentes, considerando seu potencial para atividades culturais e comunitárias, conforme o Programa de Necessidades indicado pela Figura 13 e a Tabela 01.

Figura 13 - Terreno A, pictogramas ilustrativos do programa de necessidades.



Fonte: Elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig com base nos resultados das oficinas.

Tabela 1 - Programa Básico do Terreno A.

Terreno A - Praça Major Rubem Berta		
Tipo de Espaço	Quant./Área (m²)	Ambiente/Usos
aberto	Livre	Parque infantil
aberto	Livre	Área de estar com bancos
aberto	Livre	Chimarródromo
coberto aberto	Aprox. 100,00	Churrasqueiras
aberto	Livre	Pista de caminhada/corrída
aberto	Livre	Academia ao ar livre (preexistente)
aberto	Aprox. 5.250,00	Campo de futebol 11 (preexistente)
aberto	Aprox. 900,00	Arquibancada
coberto aberto	Aprox. 50,00	Casamata

fechado	Aprox. 50,00	Sala multiuso cultural: capoeira, música e hip-hop
fechado	Aprox. 100,00	Apoio (banheiros + vestiário)
fechado	Aprox. 92,46	Edificação comunitária (preexistente)

Fonte: Elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig com base nos resultados das oficinas.

#### 4.1.2. Terreno B - Praça Núcleo 18

O lote que corresponde ao Terreno B (Figura 14) possui a área total de 2.294,76 m<sup>2</sup> e consiste em uma área na esquina entre a Rua Tio Bilia e a Rua José Luiz Martins Costa.

Figura 14 - Vista aérea do Terreno B - Praça Núcleo 18.



Fonte: Adaptado por Francieli F. Schallenberger. Foto: REN Studios, 2024.

Demarcado como Área de Interesse Social (AEIS), o Terreno B apresenta diversos problemas de infraestrutura. Parte das áreas adjacentes, como a comunidade da Timbaúva, localizada a leste, não é atendida pela rede de abastecimento de água, e a ausência de drenagem pluvial e esgotamento sanitário foi constatada em diversos acessos ao terreno. O acúmulo de lixo é constante, comprometendo a área de preservação permanente vinculada ao curso d'água presente em sua porção sul, sendo identificada também uma nascente próxima aos limites da área de intervenção.

O terreno é frequentemente utilizado como parque infantil (Figura 15) e como espaço de convivência entre os moradores.

Figura 6 – Parque Infantil no Terreno B.



Foto: REN Studios, 2024.

Nota-se, ainda, as marcas do caminho realizado pelos pedestres (Figura 16) para atravessar o terreno, o que demonstra a necessidade de promover a conexão entre os pontos extremos da área de intervenção, isto é, gerando atalhos que conectem a Rua Tio Bília e a Rua José Luiz Martins Costa.

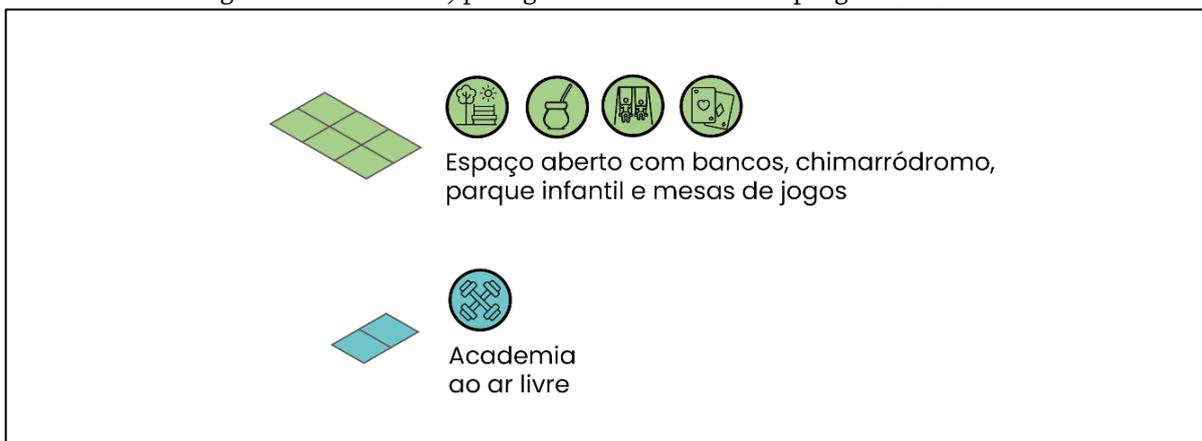
Figura 16 – Caminho de pedestre no Terreno B.



Foto: REN Studios, 2024.

As equipes também devem estar atentas aos acessos domiciliares realizados através do local, pois estes devem ser respeitados. A proposta de intervenção deve considerar os usos atuais do local e qualificar e ampliar esses espaços. O programa de necessidades (Figura 17) definido pela comunidade consolida e amplia os usos existentes: parque infantil e espaço de estar; e inclui também um chimarródromo, um espaço para mesa de jogos, uma academia ao ar livre e a qualificação do acesso de pedestres existente, delimitando uma área de intervenção um pouco maior do que a praça que existe hoje no local.

Figura 17 - Terreno B, pictogramas ilustrativos do programa de necessidades.



Fonte: Elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig com base nos resultados das oficinas.

Tabela 2 - Programa Básico do Terreno B.

Terreno B – Praça Moderna		
Tipo de Espaço	Quant./Área (m²)	Ambiente/Usos
aberto	Livre	Área de estar com bancos
aberto	Livre	Parque infantil
aberto	Livre	Chimarródromo
aberto	Livre	Mesas de jogos
aberto	Livre	Academia ao ar livre

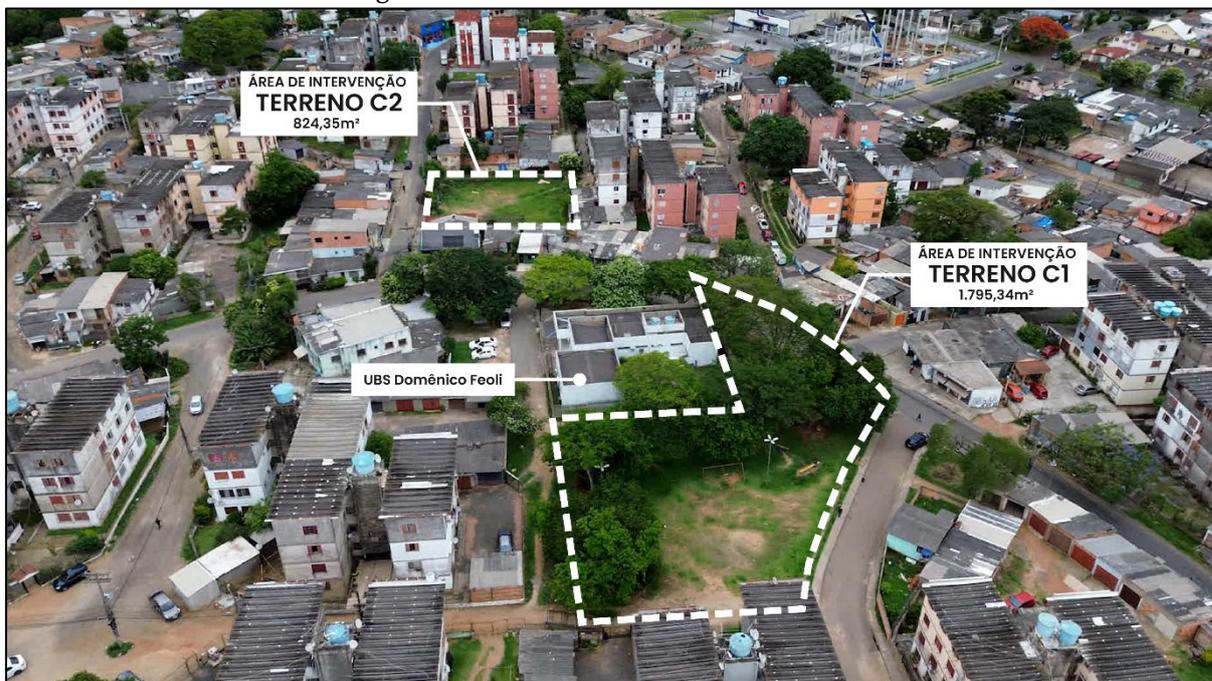
Fonte: Elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig com base nos resultados das oficinas.

#### 4.1.3. Terrenos C – Composto pelos Terrenos C1 e C2

O Terreno C1 corresponde à Praça Domenico Feoli, enquanto o Terreno C2 consiste no Campinho do Núcleo 25. Devido à proximidade entre os dois terrenos (Figura 18), o programa de necessidades foi estabelecido de forma integrada e complementar, visando potencializar suas funcionalidades. A proposta busca consolidar e ampliar os usos existentes, como o parque infantil localizado no Terreno C1 e o campinho no Terreno C2, e fortalecer a

conexão entre os dois espaços. As vias que conectam os dois terrenos são as ruas Domênico Feoli e Mary Weiss, as quais também deverão receber intervenções.

Figura 18 - Vista aérea dos Terreno C1 e C2.

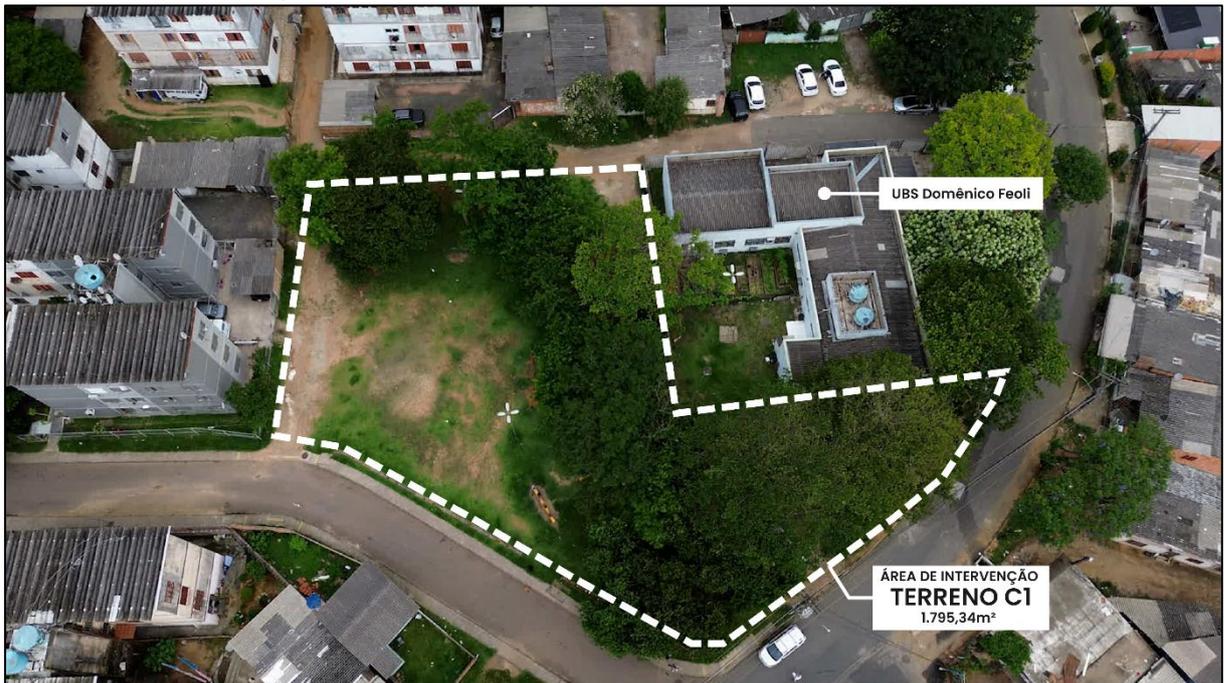


Fonte: Adaptado por Francieli F. Schallenberger. Foto: REN Studios, 2024.

#### **4.1.3.1. Terreno C1 - Praça Domênico Feoli**

O lote que corresponde ao Terreno C1 (Figura 19) possui a área total de 1.795,34 m<sup>2</sup> e está situado entre as ruas Domênico Feoli, Wolfram Metzler, Vinte e Dois e Acesso Vinte e Um. O Terreno C1 está inserido em uma quadra predominantemente residencial, o entorno do terreno é composto por diversos edifícios habitacionais e, diretamente ao lado do terreno está localizada a Unidade de Saúde Básica Domênico Feoli.

Figura 7 - Vista aérea do Terreno C1, Praça Domenico Feoli.



Fonte: Elaborado por Francieli F. Schallenberger. Foto: REN Studios, 2024.

A Praça possui uma abundante arborização, proporcionando áreas de sombra que tornam o ambiente mais agradável e convidativo para atividades de lazer. O espaço também conta com equipamentos de parque infantil, amplamente utilizados pelas crianças da comunidade, reforçando seu papel como ponto de convivência e recreação no local (Figuras 20 e 21).

Figura 20 - Parque infantil do Terreno C1.



Foto: REN Studios, 2024.

Figura 21 - Parque infantil do Terreno C1.



Foto: REN Studios, 2024.

Importa destacar que o acesso de duas garagens de edifícios residenciais faz frente para o Terreno C1 (Figura 22). Dessa maneira, eles deverão ser considerados na proposta para a Praça.

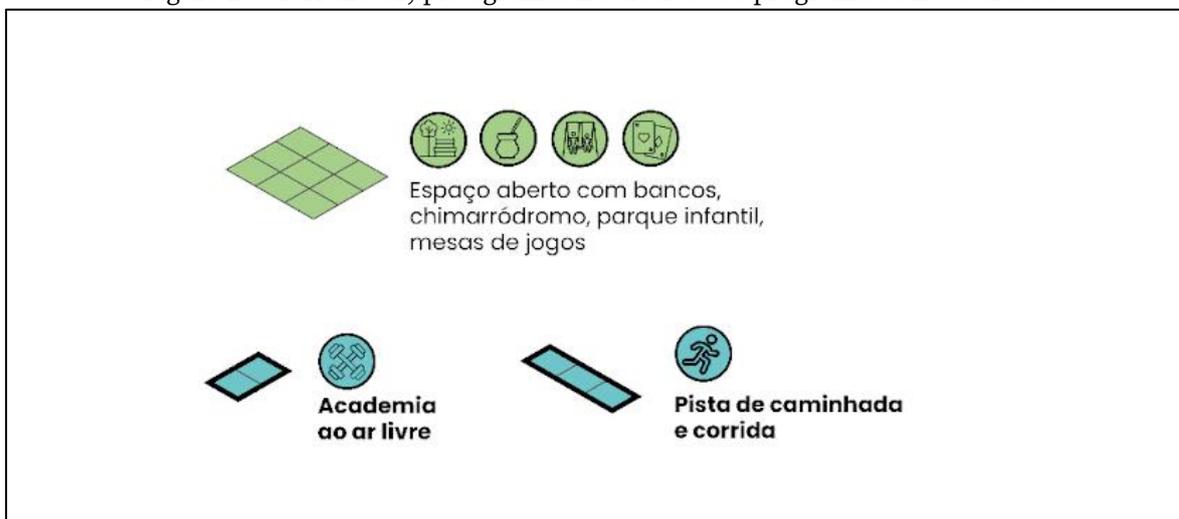
Figura 22 – Acesso para as garagens residenciais pela Praça Domenico Feoli.



Foto: REN Studios, 2024.

As intervenções devem levar em conta os diferentes públicos que frequentam a área, propondo soluções inclusivas e acolhedoras para os moradores das proximidades. Abaixo, os usos e o programa de necessidades para o Terreno C1 (Figura 23 e Tabela 3).

Figura 23 - Terreno C1, pictogramas ilustrativos do programa de necessidades.



Fonte: Elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig com base nos resultados das oficinas.

Tabela 3 - Programa Básico do Terreno C1.

Terreno C1 - Praça Domênico Feoli		
Tipo de Espaço	Quant./Área (m²)	Ambiente/Usos
aberto	Livre	Parque infantil
aberto	Livre	Área de lazer com bancos

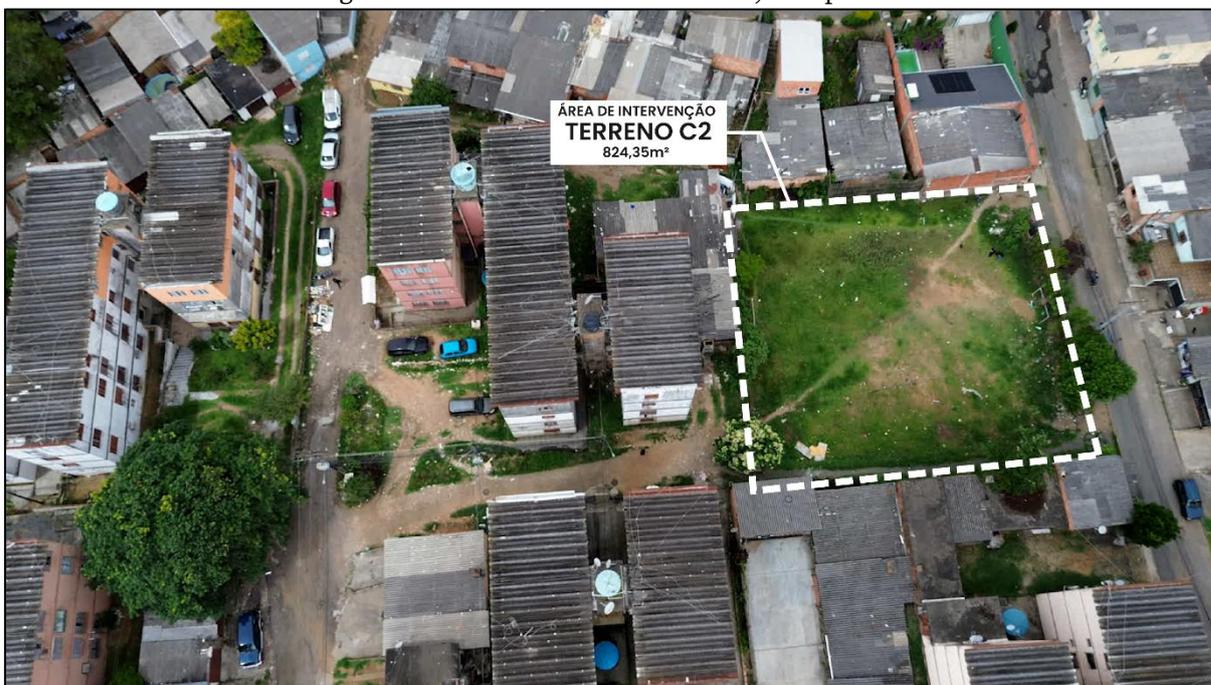
aberto	Livre	Chimarródromo
aberto	Livre	Mesas de jogos
aberto	Livre	Academia ao ar livre
aberto	Livre	Pista de caminhada

Fonte: Elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig com base nos resultados das oficinas.

#### 4.1.3.2. Terreno C2 - Campinho

O lote que corresponde ao Terreno C2 (Figura 24) possui a área total de 824,35 m<sup>2</sup> e está situado entre as ruas Domênico Feoli, Mary Weiss e Vinte e Seis. O campinho do Terreno C2 é uma iniciativa da comunidade.

Figura 24 - Vista aérea do Terreno C2, Campinho.



Fonte: Adaptado por Francieli F. Schallenberger. Foto: REN Studios, 2024.

O Terreno C2 também está inserido em uma quadra predominantemente residencial, cujo entorno é composto por edifícios habitacionais e residências de um ou dois pavimentos. Conforme Figura 25, o campinho serve de caminho de acesso, conectando a Rua Mary Weiss ao interior dos edifícios residenciais e vice-versa.

Figura 25 – Caminhos dentro do Terreno C2, Campinho.

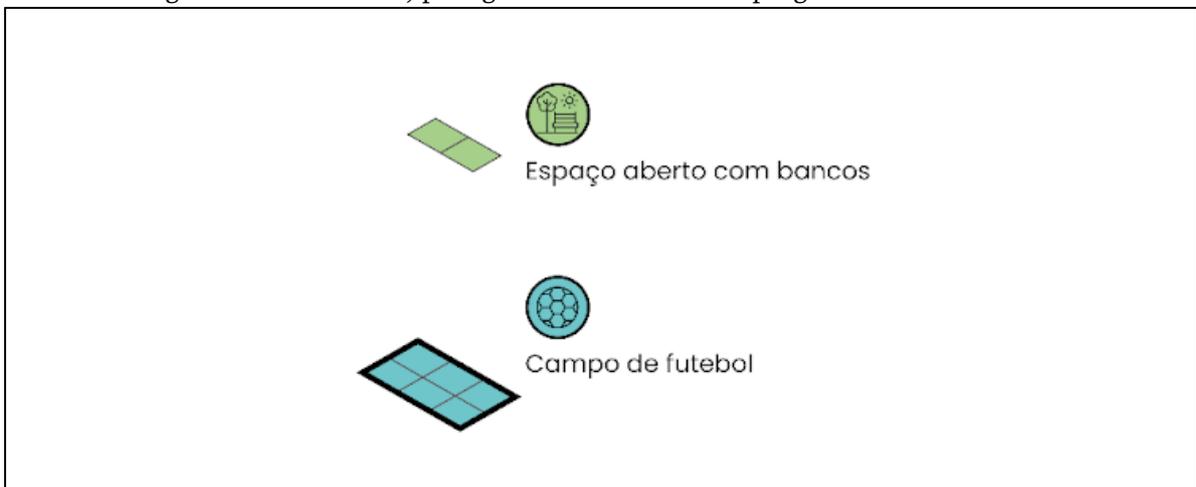


Foto: REN Studios, 2024.

Tanto o trecho de via que adentra os residenciais quanto o segmento da Rua Mary Weiss, deverão ser contemplados nas intervenções propostas. Nesse contexto, os caminhos que atravessam o campinho deverão ser devidamente adequados no projeto, garantindo funcionalidade e integração ao espaço.

Além disso, os moradores relataram a presença de múltiplos pontos de acúmulo de lixo nesse terreno, evidenciando a necessidade de ações que promovam melhorias na gestão de resíduos e na qualidade do ambiente. Abaixo, os usos e o programa de necessidades para o Terreno C2 (Figura 26 e Tabela 4).

Figura 26 - Terreno C2, pictogramas ilustrativos do programa de necessidades.



Fonte: Elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig com base nos resultados das oficinas.

Tabela 4 - Programa Básico do Terreno C2.

Terreno C2 - Campinho		
Tipo de Espaço	Quant./Área (m <sup>2</sup> )	Ambiente/Usos
aberto	Livre	Área de estar com bancos
aberto	Aprox. 620,00	Campinho de areião

Fonte: Elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig com base nos resultados das oficinas.

#### 4.1.4. Terreno D – Praça do Povo Palestino

O lote que corresponde ao Terreno D (Figura 27) possui uma área total de 19.041,29 m<sup>2</sup> e está localizado entre as ruas Poa Cidade Jóia, Vereador Terézio Meirelles, Trinta e Nove e Professora Ziláh Totta. O lote ocupa toda a extensão da quadra, configurando-se como um amplo espaço com grande potencial para ser qualificado e melhorado em benefício dos moradores do local.

Figura 27 - Vista Aérea do Terreno D, Praça do Povo Palestino.



Fonte: Adaptado por Francieli F. Schallenberger. Foto: REN Studios, 2024.

No entorno imediato da quadra onde se localiza o Terreno D, ao sul, destaca-se uma construção inacabada de uma escola infantil e o Piquete Laçadores Herdeiros da Tradição. Ao Norte, encontra-se um conjunto residencial composto por casas térreas e de acesso restrito. Nas laterais, há a presença de comércios e serviços, que complementam o contexto urbano diversificado ao redor do terreno.

A região ao sul do Terreno D foi apontada pelos moradores como carente de espaços esportivos, enquanto o entorno imediato do Terreno demonstra uma demanda significativa por equipamentos culturais, evidenciando o potencial do espaço para atender a múltiplas necessidades da comunidade.

Atualmente, em toda a sua extensão, o terreno abriga diferente equipamentos. Próximo a uma das esquinas, consta uma pequena edificação da Associação de Moradores (AMOJALE), que conforme diálogo com a comunidade local, deverá ser preservada sem intervenções no âmbito do Projeto Urbano Integrado (PUI), (Figura 28 e 29).

Figura 28 - Frente da edificação da AMOJALE no Terreno D.



Foto: REN Studios, 2024.

Figura 29 - Fundos da edificação da AMOJALE no Terreno D.



Foto: REN Studios, 2024.

O espaço também conta com uma cancha de bocha coberta (Figura 30) acompanhada de uma edificação anexa, que funciona como área de apoio com múltiplos usos, incluindo cozinha, depósito e sanitário. Ressalta-se que essa edificação não dispõe de uma estrutura adequada para a drenagem de esgoto sanitário e pluvial. Essa preexistência será mantida em suas condições atuais, sem intervenções diretas previstas no âmbito do Projeto Urbano Integrado (PUI). Contudo, o projeto pode incluir propostas que complementem ou ofereçam suporte a esses equipamentos, desde que respeitem sua integridade original e preservem suas características existentes.

Figura 30 – Cancha de bocha coberta.



Foto: REN Studios, 2024.

Além disso, o espaço conta com uma academia ao ar livre (Figuras 31 e 32), recentemente instalada, que inclui um caminho de acesso pavimentado em concreto, conectando-a à calçada e facilitando a circulação dos usuários. Essa infraestrutura amplia as opções de lazer e atividade física, reforçando o papel do local como um espaço de convivência e bem-estar.

Figura 31 – Academia ao ar livre no Terreno D.



Foto: REN Studios, 2024.

Figura 32 – Academia ao ar livre no Terreno D.



Foto: REN Studios, 2024.

O parquinho infantil existente (Figuras 33 e 34) dispõe de uma variedade de brinquedos para as crianças da comunidade, no entanto, os equipamentos apresentam sinais de deterioração, resultado da exposição constante às intempéries e do desgaste ao longo do tempo.

Figura 33 – Parquinho infantil no Terreno D.



Foto: REN Studios, 2024.

Figura 34 – Parquinho infantil no Terreno D.



Foto: REN Studios, 2024.

E por fim, a quadra poliesportiva (Figura 35), que se encontra em boas condições e o campo de areião (Figura 36) que carece de melhoria. Ambos são muito utilizados por crianças e adolescentes do local.

Figura 35 – Quadra Poliesportiva no Terreno D, Praça do Povo Palestino.



Foto: REN Studios, 2024.

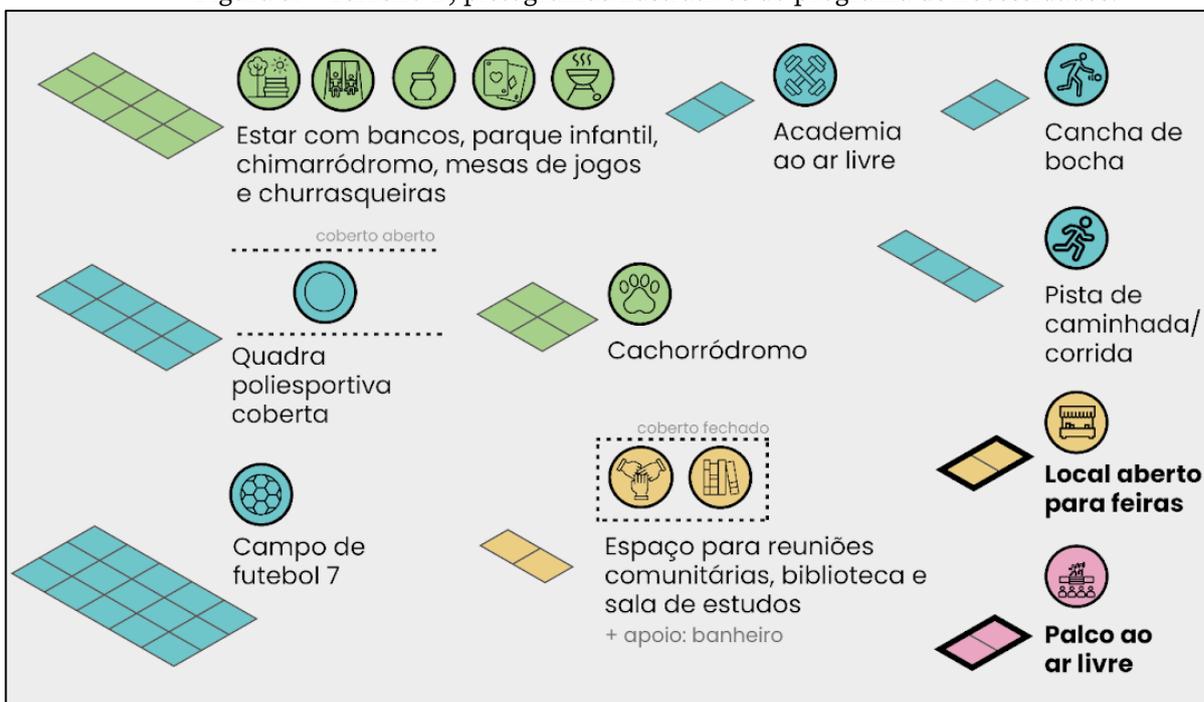
Figura 36 – Campo de areião no Terreno D, Praça do Povo Palestino.



Foto: REN Studios, 2024.

Nesse contexto, o PUI propõe intervenções que priorizem a consolidação e o melhoria dos usos e atividades já existentes, valorizando seu potencial para acolher iniciativas culturais e comunitárias, atendendo às demandas apontadas pela comunidade conforme o Programa de Necessidades indicado pela Figura 37 e a Tabela 05.

Figura 37 - Terreno D, pictogramas ilustrativos do programa de necessidades.



Fonte: Elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig com base nos resultados das oficinas.

Tabela 5 - Programa Básico do Terreno D.

<b>Terreno D – Praça do Povo Palestino</b>		
<b>Tipo de Espaço</b>	<b>Quant./Área (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Ambiente/Usos</b>
aberto	Livre	Parque infantil
aberto	Livre	Área de estar com bancos
aberto	Livre	Mesas de jogos
aberto	Livre	Chimarródromo
coberto aberto	Livre	Churrasqueiras
aberto	Livre	Cachorródromo
coberto aberto	Livre	Academia ao ar livre (preexistente)
aberto	Livre	Pista de caminhada/corrída
aberto	Livre	Cancha de bocha (preexistente)
coberto aberto	Aprox. 650,00	Quadra poliesportiva coberta
aberto	Aprox. 1.650,00	Campo de futebol 7
aberto	Livre	Palco ao ar livre
aberto	Livre	Área para feiras ao ar livre
fechado	Aprox. 150,00	Salas multiuso para: biblioteca, associação de moradores, reuniões e eventos comunitários e etc.
fechado	Aprox. 100,00	Apoio (banheiros + vestiário)
fechado	Aprox. 100,00	Edificação preexistente

Fonte: Elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig com base nos resultados das oficinas.

#### **4.1.5. Terreno E – Campo do Safira**

O lote que corresponde ao Terreno E (Figura 38) possui a área total de 12.189,70 m<sup>2</sup> e está situado entre a Alameda da Fumaça, a Estrada Martim Félix Berta e as ruas Algemiro Nunes da Costa e Regina de Araújo Rocha. Trata-se de um terreno parcialmente demarcado como Área Especial de Interesse Social (AEIS).

Figura 38 - Vista Aérea do Terreno E, Campo do Safira.



Fonte: Adaptado por Francieli F. Schallenberger. Foto: REN Studios, 2024.

O Terreno E é adjacente à 18ª Delegacia de Polícia Civil e ao Terminal de ônibus Safira, o que reforça sua relevância estratégica no território.

Embora o local seja conhecido pelo Campo de Futebol 11, denominado como Campo do Safira (Figura 39), o terreno abriga uma diversidade de equipamentos que ampliam suas possibilidades de uso. Entre eles, destacam-se um parquinho infantil, uma quadra poliesportiva, uma cancha de bocha descoberta e duas mesas de jogos. Além disso, o espaço conta com uma abundante arborização, que proporciona áreas de sombra, criando um ambiente agradável para lazer, convivência e descanso da comunidade.

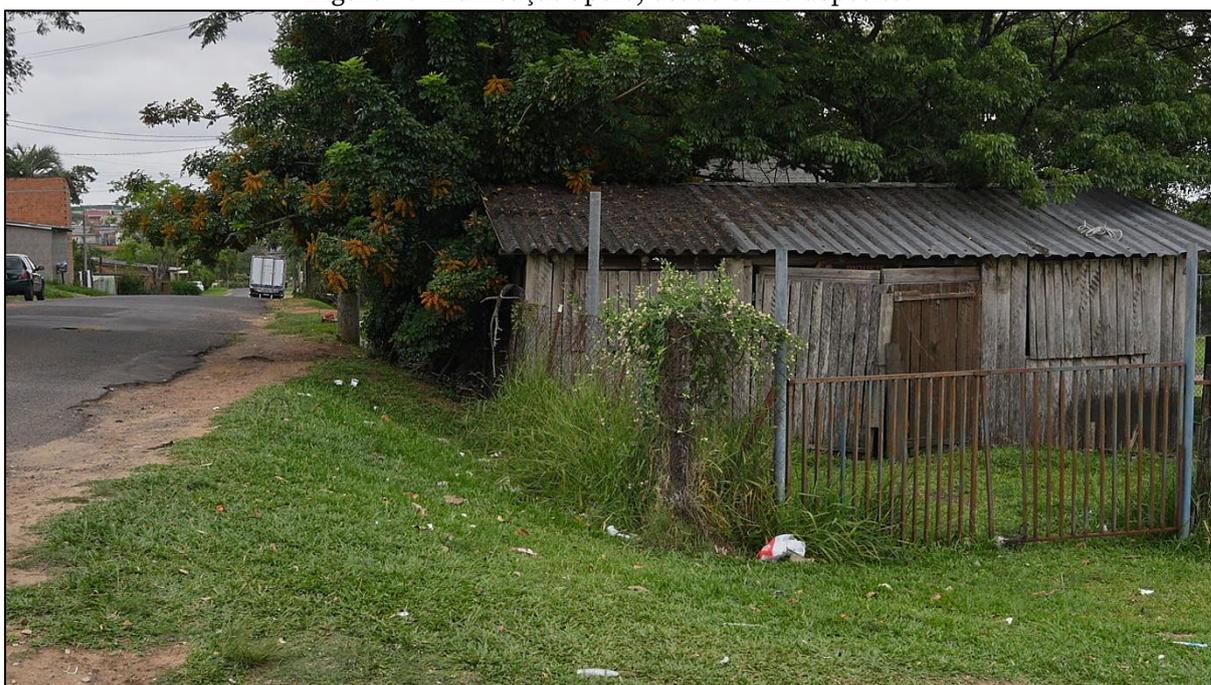
Figura 39 - Campo de futebol 11 do Terreno E.



Fonte: Adaptado por Francieli F. Schallenberger. Foto: REN Studios, 2024.

O campo de futebol 11 é amplamente utilizado para treinos e campeonatos e é sede do E.C. Safira. O campo conta com duas edificações de apoio, uma mais utilizada para armazenamento de materiais esportivos (Figura 40) e outra, também utilizada como depósito para materiais e como vestiário dos times (Figura 41). Ambas as edificações preexistentes deverão ser preservadas em suas condições atuais.

Figura 40 - Edificação apoio, usado como depósito.



Fonte: Adaptado por Francieli F. Schallenberger. Foto: REN Studios, 2024.

Figura 41 - Edificação apoio do campo, utilizado como vestiário.



Foto: REN Studios, 2024.

Os demais equipamentos, como o parquinho infantil (Figura 42), a cancha de bocha (Figura 43) e as mesas de jogos, encontram-se em estado de conservação moderado, apresentando sinais de uso e desgaste que demandam manutenção e possíveis melhorias.

Figura 42 - Parquinho infantil no Terreno E.



Foto: REN Studios, 2024.

Figura 43 – Cancha de bocha no Terreno E.



Foto: REN Studios, 2024.

A quadra poliesportiva (Figura 44) encontra-se em boas condições, proporcionando um bom espaço para a prática de diversas atividades esportivas. No entanto, sua estrutura pode ser complementada com melhorias, como a instalação de iluminação adequada para uso noturno, revitalização do piso e inclusão de equipamentos auxiliares, como mais bancos ou áreas de descanso, para ampliar sua funcionalidade e conforto para os usuários.

Figura 44 – Quadra poliesportiva no Terreno E.

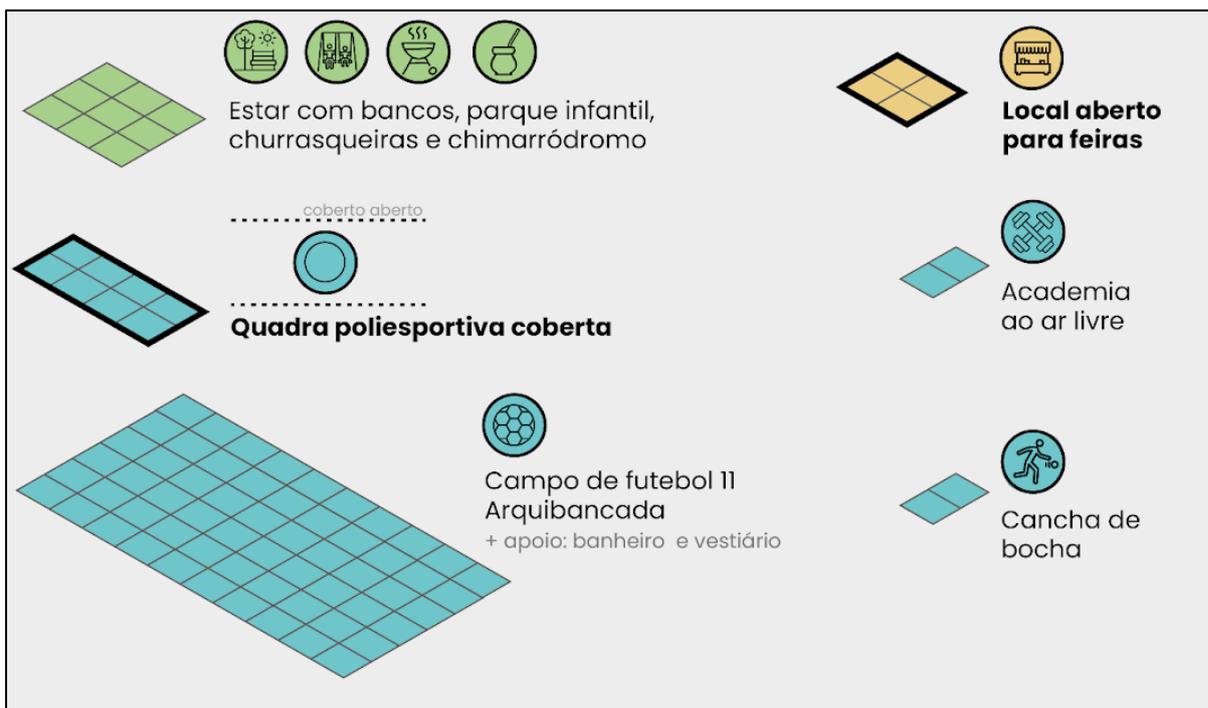


Foto: REN Studios, 2024.

Na região de entorno do Terreno E, foi identificada uma carência de espaços culturais, o que evidencia a oportunidade de incorporar usos complementares que atendam a essa demanda da comunidade. Entre as propostas de qualificação do espaço, destaca-se a instalação de banheiros públicos, especialmente associados ao campo de futebol, com o intuito de suprir as necessidades dos usuários e ampliar a funcionalidade do local.

As intervenções para o Terreno E têm como objetivo principal a valorização e qualificação do espaço público, consolidando e ampliando os usos já existentes. O campo de futebol, deverá ser mantido como importante equipamento de lazer e prática esportiva na comunidade. Abaixo, os usos e a tabela com o programa de necessidades para o Terreno E (Figura 45 e Tabela 6).

Figura 45 - Terreno E, pictogramas ilustrativos do programa de necessidades.



Fonte: Elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig com base nos resultados das oficinas.

Tabela 6 - Programa Básico do Terreno E.

<b>Terreno E – Campinho da Gaúcha</b>		
<b>Tipo de Espaço</b>	<b>Quant./Área (m²)</b>	<b>Ambiente/Usos</b>
aberto	Livre	Parque infantil
aberto	Livre	Área de estar com bancos
aberto	Livre	Chimarródromo
aberto	Livre	Churrasqueiras

aberto		Campo de futebol II
aberto	Livre	Arquibancada
aberto	Livre	Cancha de bocha
coberto aberto		Quadra poliesportiva coberta
aberto	Livre	Local para feiras

Fonte: Elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig com base nos resultados das oficinas.

## 5. PROGRAMA DE NECESSIDADES

O Programa de Necessidades foi construído com base na Etapa de Participação Comunitária. A partir da síntese da leitura técnica e da leitura comunitária do território, foram identificadas as demandas.

Dentro da previsão orçamentária, dos parâmetros urbanísticos e considerando as limitações locais, foram construídos diferentes cenários de acordo com cada terreno que, ao serem apresentados para a comunidade, foram votados e consolidados.

No item anterior, “4. Áreas de Intervenção”, o programa mínimo exigido para cada terreno (Tabelas 1 a 6) foi inserido junto à apresentação de cada um deles, mencionando demandas específicas acerca dos lotes, do entorno e das vias relacionadas diretamente aos mesmos.

Todavia, alguns usos e espaços se repetem nos terrenos e possuem os mesmos critérios e diretrizes para desenvolvimento, mudando apenas a área disponível para tal uso em cada lote. Portanto, esses espaços foram listados com as respectivas descrições nas tabelas a seguir (itens 5.1 a 5.3). Os espaços estão classificados conforme os usos “**lazer**”, “**esporte**”, “**cultura**” e “**organização comunitária**” e classificam-se entre “**espaços abertos**”, “**espaços abertos cobertos**” e “**espaços fechados**”. O propósito da tabela é servir de consulta, a partir do programa de necessidades específico de cada terreno.

Quanto às vias que devem receber intervenções, para além do que fora mencionado na apresentação de cada terreno, as equipes devem consultar o item “6. Vias de Intervenção”, sem prejuízo das demais exigências deste e dos demais anexos e do Edital.

## 5.1. Espaços Abertos

LAZER		
TIPO DE ESPAÇO	USO	DESCRIÇÃO
ESPAÇOS ABERTOS	<b>Parque Infantil</b>	<p><b><u>Espaços com mobiliário, equipamentos e áreas para livre brincar</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Propor locais de experiências e interação, para além dos mobiliários comumente utilizados nestes espaços;</li> <li>Atender as diferentes faixas etárias (de 0 a 12 anos);</li> <li>Espaços inclusivos, seguros e lúdicos, que estimulem a criatividade, o desenvolvimento da autonomia da criança, a conexão com a natureza e a interação com outras crianças;</li> <li>Incluir espaços de permanência para os cuidadores, evitando barreiras visuais que dificultem a supervisão das crianças;</li> <li>Reforçar a segurança viária nas proximidades desses espaços;</li> <li>Evitar espaços que provoquem aglomerações ou com atividades conflitantes, propensos a acidentes e lesões;</li> </ul> <p>Todos os equipamentos devem ser projetados de forma a garantir que adultos possam acessá-los caso seja necessário ajudar os usuários em seu interior.</p>
	<b>Área de Estar com Bancos</b>	<p><b><u>Áreas de contemplação, desconpressão, socialização e descanso</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Incluir espaços que considerem diferentes faixas etárias;</li> <li>Considerar mobiliário confortável, de materiais duráveis e de fácil manutenção;</li> <li>Incluir espaços com sombra, eventualmente coberturas leves.</li> </ul>
	<b>Chimarró_ dromo</b>	<p><b><u>Áreas de estar dedicadas às tradicionais rodas de chimarrão do Rio Grande do Sul</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Deve conter infraestrutura mínima de suporte ao preparo do chimarrão, com equipamento próprio que forneça água quente na temperatura ideal (entre 70°C e 80°C);</li> <li>Deve ser considerado também o descarte da erva e água fria para higiene da cuia e da bomba;</li> <li>Espaço para socialização com bancos e espaços livres com grama para pessoas que queiram levar suas cadeiras de praia, cangas, esteiras, etc.</li> </ul>
	<b>Mesas de Jogos</b>	<p>Mesas para jogos diversificados.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Incluir mesas de jogos, que podem considerar jogos em duplas, em equipes, para adultos de todas as idades e crianças (damas e xadrez, jogos de tabuleiro, ping pong, etc.);</li> <li>Podem ser propostos outros espaços de jogos além das mesas.</li> </ul>
	<b>Churras_ queiras</b>	<p>Espaços para preparo do churrasco e para refeições.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Deve conter a churrasqueira e espaço de apoio com bancada e pia;</li> <li>Incluir espaço com mesa ou bancada para refeições;</li> <li>Podem ser sombreados e/ou com coberturas leves.</li> </ul>

LAZER		
TIPO DE ESPAÇO	USO	DESCRIÇÃO
	<b>Cachorró_ dromo</b>	<p><b><u>Espaço voltado a oferecer vista ampla da paisagem</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Espaço projetado para atividades recreativas e de socialização de cães, podendo incluir diversos elementos voltados para conforto, segurança e diversão, além de atender às necessidades dos tutores.</li> <li>▪ Prever elementos como cercamento seguro, portões duplos, pisos confortáveis, bebedouros e áreas de sombra.</li> <li>▪ Incluir circuitos de agility, brinquedos, áreas de socialização e treinamento, além de bancos, lixeiras com sacos para dejetos e placas informativas para os tutores.</li> <li>▪ Pode contar com iluminação, estações de higienização, divisões por porte dos cães e acessibilidade universal, garantindo segurança, conforto e diversão para cães e tutores.</li> </ul>

ESPORTE		
TIPO DE ESPAÇO	USO	DESCRIÇÃO
<b>ESPAÇOS ABERTOS</b>	<b>Cancha de Bocha</b>	<p>Área de jogo com dimensões de aproximadamente 26,5 metros de comprimento por 4 metros de largura.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A superfície de jogo deve ser feita de materiais como saibro, areia compactada ou uma mistura de argila e pó de pedra, proporcionando boa aderência para as bolas;</li> <li>▪ Considerar a instalação de um sistema de drenagem eficiente na cancha e ao redor da cancha;</li> <li>▪ Considerar a instalação de iluminação adequada que garanta visibilidade sem criar sombras que prejudiquem os jogadores na utilização da cancha à noite;</li> </ul> <p>Prever bancos ou assentos ao longo de, ao menos, uma das laterais da cancha.</p>
	<b>Pista de caminhada/corrida</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Deve contar com pavimento adequado, como concreto, asfalto ou materiais macios, além de sinalização indicando extensão, marcações de distância e orientações de uso.;</li> <li>▪ É essencial a presença de iluminação para segurança noturna, bebedouros para hidratação, acessibilidade com rampas e sinalização tátil, lixeiras estrategicamente posicionadas e largura suficiente para evitar conflitos entre usuários.</li> </ul>
	<b>Campo de Futebol 11 (onze)</b>	<p><b><u>Campo de futebol 11 (onze)</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Deve ser prevista grama natural;</li> <li>▪ Incluir os espaços de apoio necessários, como DML, vestiários para dois times, sanitários, espaço para venda de alimentos e bebidas, espaço para imprensa;</li> <li>▪ Arquibancada, com área máxima de 900m<sup>2</sup>;</li> <li>▪ Área total aproximada de 5250m<sup>2</sup>.</li> </ul>

ESPORTE		
TIPO DE ESPAÇO	USO	DESCRIÇÃO
	<b>Casamata</b>	<p>Uma casamata de campo de futebol, destinada a jogadores e comissão técnica, deve ser funcional e proporcionar conforto e proteção.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prever cobertura resistente, geralmente em policarbonato ou metal, assentos confortáveis e duráveis, piso nivelado e antiderrapante, além de localização estratégica próxima à linha lateral para boa visão do jogo;</li> <li>▪ Deve prever dimensões suficientes para acomodar jogadores reservas e comissão técnica, sinalização para diferenciar equipes, e complementos como suporte para garrafas de água e espaço para pequenos equipamentos, assegurando funcionalidade e segurança.</li> </ul>
	<b>Campo de Futebol 7 (sete)</b>	<p><b><u>Campo de futebol 7 (sete)</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Segundo as medidas mínimas consideradas pela Confederação de Futebol 7: 45m x 25m;</li> <li>▪ Deve ser prevista grama sintética;</li> <li>▪ Incluir os espaços de apoio necessários, como DML, área de atuação do técnico, vestiários para dois times, sanitários, espaço para venda de alimentos e bebidas, espaço para imprensa;</li> <li>▪ Área total aproximada de 1.200,00m<sup>2</sup>.</li> </ul>
	<b>Academia ao Ar Livre</b>	<p><b><u>Quadra para vários esportes.</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O piso da academia deve ser plano, antiderrapante e com capacidade de absorção de impactos, como pisos de borracha ou concreto revestido, para reduzir o risco de quedas e lesões;</li> <li>▪ Os equipamentos de exercício devem ser de materiais duráveis e resistentes às intempéries, com acabamentos que evitam ferrugem e corrosão, garantindo a durabilidade e a segurança;</li> <li>▪ Contemplar sinalização adequada, com placas de instruções para o uso correto dos equipamentos, incluindo orientações de segurança e informações sobre alongamentos e aquecimentos;</li> <li>▪ Recomendamos que a academia seja alocada próximo de áreas de estar/descanso, com bancos e sombra, para proporcionar conforto durante os intervalos de exercício, e de bebedouros para garantir a hidratação dos frequentadores.</li> </ul>

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA		
TIPO DE ESPAÇO	USO	DESCRIÇÃO
<b>ESPAÇOS ABERTOS</b>	<b>Local para Feiras</b>	<p><b><u>Área para feiras de artesanato e agricultura, com espaço para expositores, produtores locais:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Considerar espaço pavimentado para montagem de bancas efêmeras;</li> <li>▪ Prever pontos de água, energia e iluminação</li> </ul>

CULTURA		
TIPO DE ESPAÇO	USO	DESCRIÇÃO
<b>ESPAÇOS ABERTOS</b>	<b>Palco ao Ar Livre</b>	<p><b><u>Espaço aberto para a realização de eventos, apresentações e atividades culturais.</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estrutura que permita que todos os espectadores tenham uma boa visão do que acontece no palco;</li> <li>▪ Abrigará atividades de música;</li> <li>▪ Prever iluminação para eventos noturnos;</li> <li>▪ Deve ser acessível, com rampas, áreas para cadeirantes;</li> <li>▪ Também deve contar com áreas de circulação, sinalização de segurança e, se possível, cobertura parcial para proteção contra intempéries.</li> </ul>

## 5.2. Espaços Abertos Cobertos

LAZER		
TIPO DE ESPAÇO	USO	DESCRIÇÃO
<b>ESPAÇOS ABERTOS COBERTOS</b>	<b>Churrasqueiras</b>	<p>Espaços para preparo do churrasco e para refeições.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Deve conter a churrasqueira e espaço de apoio com bancada e pia;</li> <li>▪ Incluir espaço com mesa ou bancada para refeições;</li> <li>▪ Podem ser sombreados e/ou com coberturas leves.</li> <li>▪ Pequenos quiosques ou espaços cobertos, equipados com churrasqueira, bancada de apoio, pia e espaço para refeições;</li> </ul>

ESPORTE		
TIPO DE ESPAÇO	USO	DESCRIÇÃO
ESPAÇOS ABERTOS COBERTOS	Quadra Poliesportiva Coberta	<p>Quadra pavimentada para a realização de diferentes atividades:</p> <p><b>ESPORTIVAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Área e equipamentos que permitam a prática de diferentes esportes;</li> <li>▪ Deve ter dimensões mínimas de 16m x 26m;</li> <li>▪ Prever cobertura quadra com altura mínima de 7 metros, idealmente chegando a 10 metros, para acomodar não apenas os jogos, mas também as demais atividades que requerem espaço vertical;</li> <li>▪ A quadra deve ser demarcada com linhas visíveis para diferentes modalidades esportivas;</li> <li>▪ Deve considerar públicos de diferentes faixas etárias, para aulas de diversas modalidades de lutas e artes marciais;</li> <li>▪ Prever arquibancadas para a quadra.</li> </ul> <p><b>CULTURAIS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Área para prática de capoeira, dança, hip hop, entre outras práticas artístico-culturais;</li> <li>▪ Deve ser previsto um uso flexível para layout, visto que haverá diversas atividades com demandas de arranjos específicos;</li> <li>▪ Considerar piso resistente e antiderrapante que absorva impactos, adequado para movimentos intensos e variados;</li> <li>▪ Prever espaços de apoio, que ocupe área máxima de 100m<sup>2</sup>, com DML, vestiários e sanitários;</li> <li>▪ A quadra também abrigará ensaios das escolas de carnaval locais e eventos da comunidade;</li> <li>▪ Para eventos comunitários e ensaios de carnaval, o espaço deve contar com montagem de estruturas efêmeras, como mesas, cadeiras e como palcos, portanto deve contar com depósito para armazenamento;</li> </ul>
	Academia ao Ar Livre	<p><b>Equipamentos para diferentes exercícios</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O piso da academia deve ser plano, antiderrapante e com capacidade de absorção de impactos, como pisos de borracha ou concreto revestido, para reduzir o risco de quedas e lesões;</li> <li>▪ Os equipamentos de exercício devem ser de materiais duráveis e resistentes às intempéries, com acabamentos que evitam ferrugem e corrosão, garantindo a durabilidade e a segurança;</li> <li>▪ Contemplar sinalização adequada, com placas de instruções para o uso correto dos equipamentos, incluindo orientações de segurança e informações sobre alongamentos e aquecimentos;</li> <li>▪ Recomendamos que a academia seja alocada próximo de áreas de estar/descanso, com bancos e sombra, para proporcionar conforto durante os intervalos de exercício, e de bebedouros para garantir a hidratação dos frequentadores.</li> </ul>

### 5.3. Espaços Fechados

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA		
TIPO DE ESPAÇO	USO	DESCRIÇÃO
ESPAÇOS FECHADOS	Sala Multiuso	<p><b><u>Salas multiuso para música, reuniões, assembleias e eventos comunitários.</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ambiente com aproximadamente 150m<sup>2</sup>;</li> <li>▪ Espaço flexível que, ora servirá de ambiente para assembleias e eventos comunitários, ora para atividades musicais;</li> <li>▪ Deverá ser projetado para acomodar um grande número de pessoas de forma confortável e segura, oferecendo mobiliários adaptáveis para atender adequadamente tanto como refeitório, quanto para assembleias e eventos.</li> <li>▪ As mesas devem ser de material resistente, fáceis de limpar e dispostas de forma a permitir o acesso para cadeirantes, garantindo circulação adequada entre as mesas e cadeiras;</li> <li>▪ Considerar um balcão de serviço ou ilha para a distribuição das refeições, e bebedouros ou estações de água potável para acesso de todos os usuários;</li> <li>▪ Prever espaços de apoio, como DML, depósito e sanitários.</li> <li>▪ Considerar piso plano, antiderrapante e de fácil higienização; iluminação abundante, preferencialmente natural; ventilação adequada, sendo recomendada a instalação de janelas amplas ou de sistemas de ventilação mecânica para garantir a renovação do ar e manter o ambiente agradável.</li> </ul>

CULTURA		
TIPO DE ESPAÇO	USO	DESCRIÇÃO
ESPAÇOS FECHADO	Sala Multiuso	<p><b><u>Espaço fechado para realização de atividades culturais.</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Salas destinadas as diferentes atividades artístico-culturais.</li> <li>▪ Deve ser previsto um uso flexível para layout, visto que haverá diversas atividades com demandas de arranjos específicos; ]</li> <li>▪ Considerar piso resistente e antiderrapante que absorva impactos, adequado para movimentos intensos e variados.</li> </ul>

APOIO		
TIPO DE ESPAÇO	USO	DESCRIÇÃO
ESPAÇOS FECHADOS	Áreas de apoio	<p><b><u>Edifício módulo de apoio</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Espaços de apoio, que ocupe área máxima de 100m<sup>2</sup>, como DML, vestiários e sanitários para os espaços indicados;</li> </ul>

## 6. VIAS DE INTERVENÇÃO

A partir do processo de síntese das leituras técnica e comunitária, também foi possível identificar as maiores demandas para as vias que receberão intervenção. As vias foram agrupadas em 3 blocos: vias veiculares, vias compartilhadas e vias de pedestres.

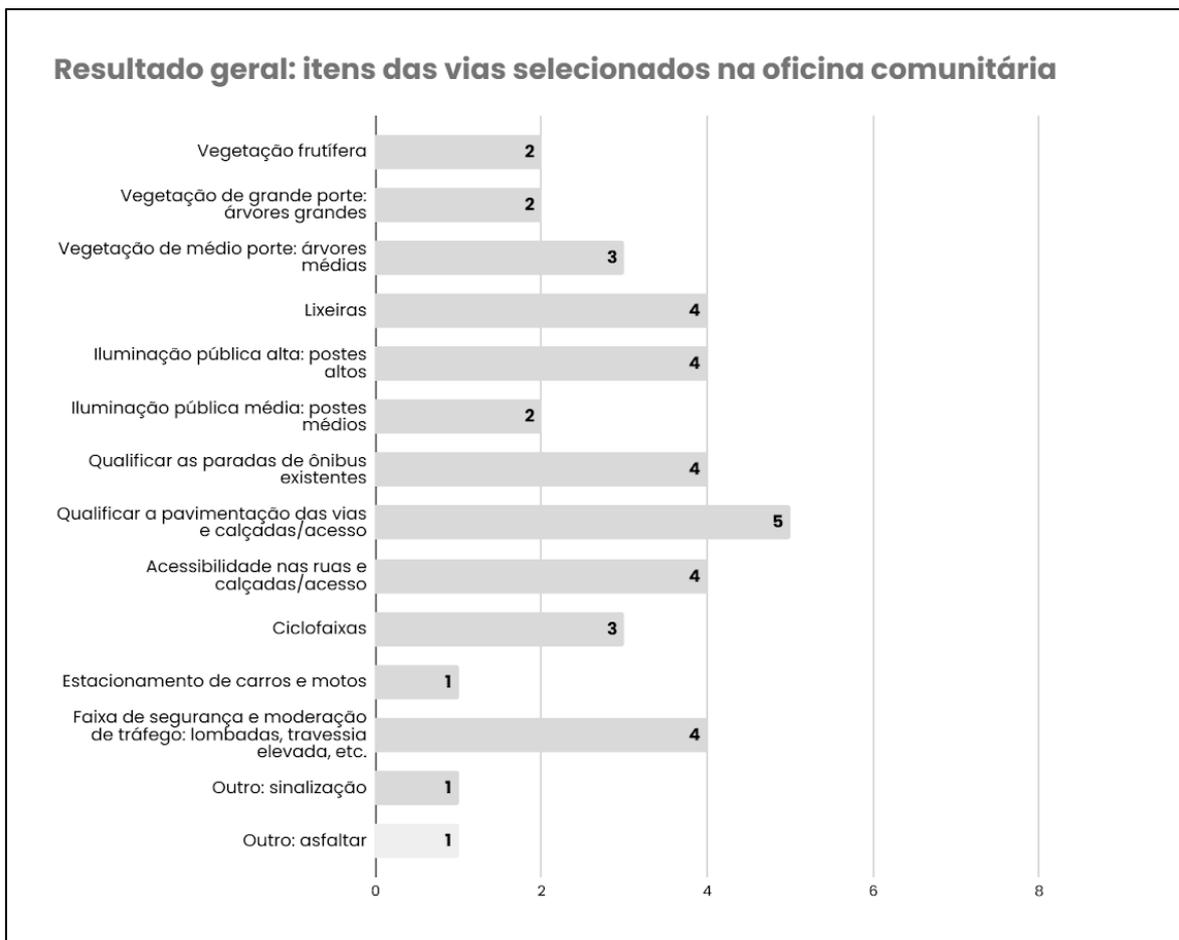
O território de Rubem Berta apresenta uma malha viária regular, com relevo acidentado em algumas porções e outras mais planas. As linhas e paradas de transporte coletivo aparentemente estão bem distribuídas no território. Vale mencionar que existe rede cicloviária projetada no território e as ciclovias, quando implantadas, poderão constituir um meio de acesso aos terrenos de intervenção do PUI.

Há vias precárias em todo o território, principalmente em termos de calçadas inadequadas e vias estreitas e íngremes. Já as paradas de ônibus aparecem bem distribuídas no território conforme a leitura técnica, mas estão em más condições conforme a avaliação de alguns participantes da oficina.

Em termos de acidentes de trânsito, a Av. Adelino Ferreira Jardim tem destaque na avaliação dos participantes, além de ser mencionada como área de alagamento. Quanto às ciclovias, observa-se que existem muitas ciclovias projetadas no território, no entanto, os participantes da oficina relatam que os moradores da região não costumam utilizar esse modal de transporte.

Os participantes da oficina indicaram os itens de apoio que consideraram importantes para o projeto das vias que receberão intervenções do PUI Rubem Berta (Figura 46). Os resultados foram unânimes ao apontar a necessidade de qualificação da pavimentação das vias, calçadas e acessos de pedestres. Lixeiras, iluminação pública alta, qualificação das paradas de ônibus existentes, acessibilidade das ruas e elementos de moderação de trânsito, como faixas de segurança, também foram itens muito demandados pelos participantes.

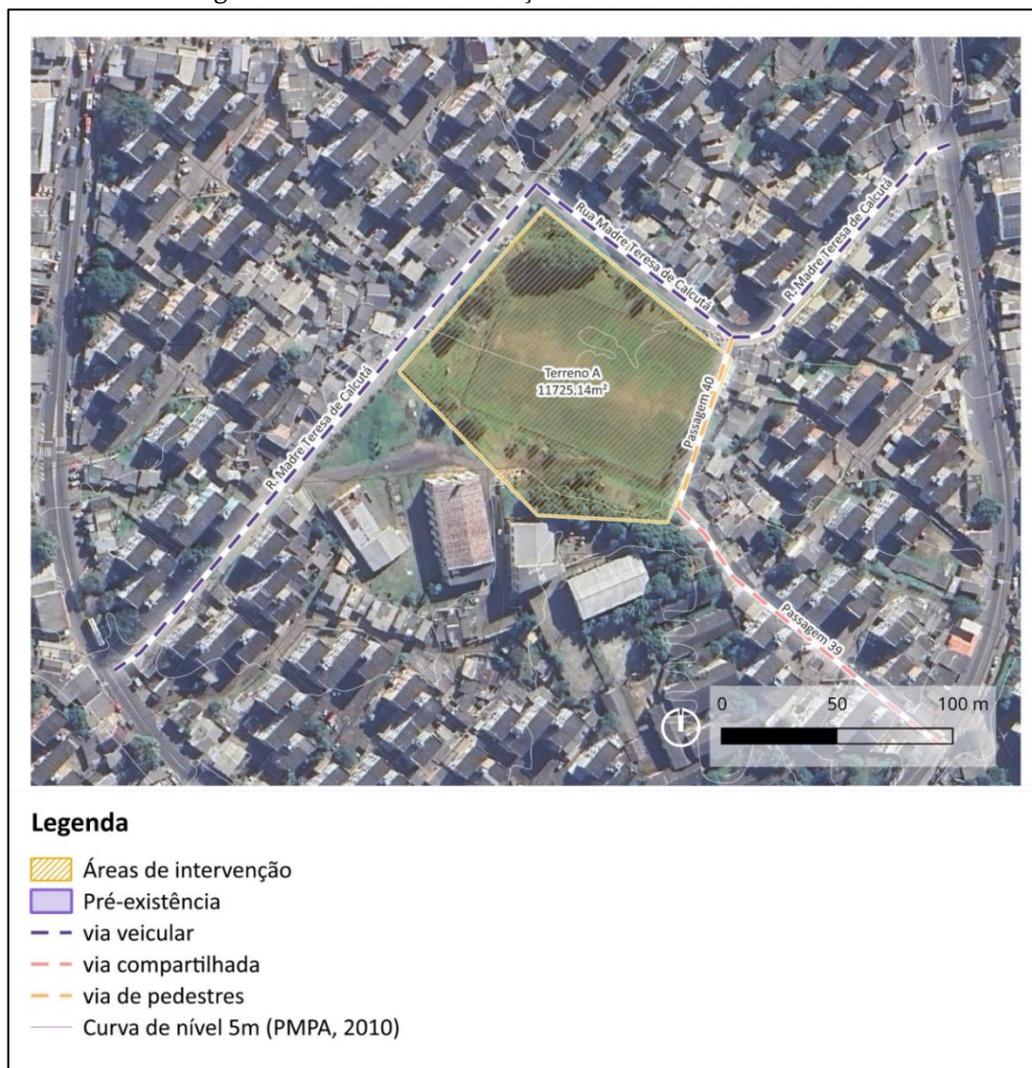
Figura 46 - Gráfico de itens selecionados na oficina comunitária para as vias de intervenção.



Fonte: Elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig com base nos resultados da oficina de propostas.

Em vista disso, abaixo serão apresentadas as vias selecionadas para que sejam realizadas intervenções (Figuras 47, 48, 49, 50 e 51 e Tabelas 7, 8, 9, 10 e 11).

Figura 47 – Vias de intervenção do entorno do terreno A.



Fonte: Elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig, 2024.

Tabela 7 – Vias de intervenção do entorno do terreno A.

Vias de Intervenção	Tipo de Via
Rua Madre Teresa de Calcutá	Via Veicular
Passagem 40	Via de Pedestres
Passagem 39	Via Compartilhada

Fonte: Comissão Organizadora, 2024.

Figura 48 – Vias de intervenção do entorno do terreno B.



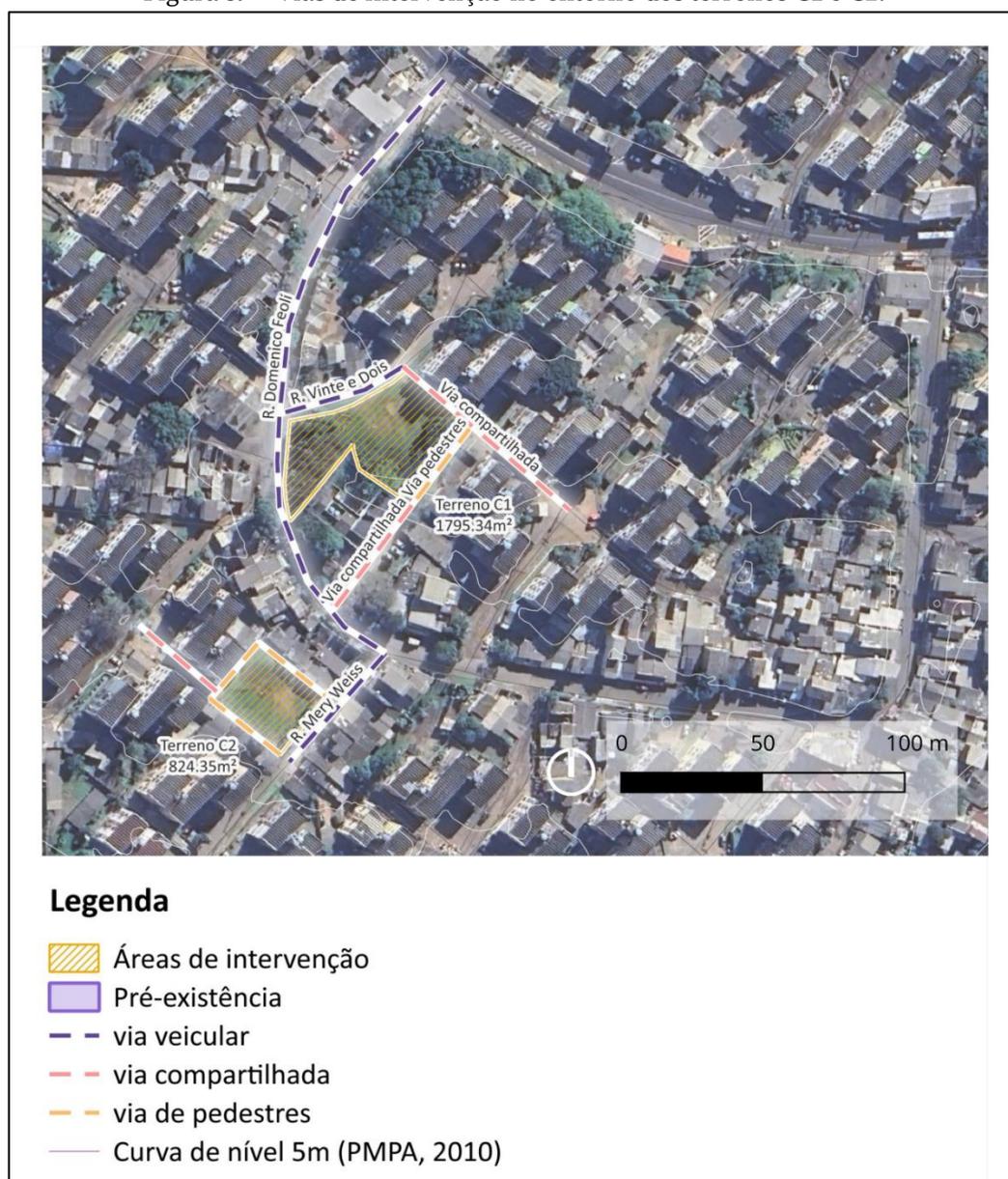
Fonte: Elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig com base nos resultados das oficinas.

Tabela 8 – Vias de intervenção do entorno do terreno B.

Vias de Intervenção	Tipo de Via
Rua Tio Bília	Via Veicular
Rua José Luiz Martins Costa	Via Veicular
Rua Afonso Moacir Cerioli	Via Veicular
Via de Pedestres existente	Via de Pedestres
Via de Acesso Local (acesso às moradias)	Via Compartilhada

Fonte: Comissão Organizadora, 2024.

Figura 89 - Vias de intervenção no entorno dos terrenos C1 e C2.



Fonte: Elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig com base nos resultados das oficinas.

Tabela 9 - Vias de intervenção no entorno dos terrenos C1 e C2.

Vias de Intervenção	Tipo de Via
Rua Domenico Feoli	Via Veicular
Rua Vinte e Dois	Via Veicular
Via Compartilhada Sem Nome 1	Via Compartilhada
Via Compartilhada Sem Nome 2	Via Compartilhada
Via Compartilhada Sem Nome 3	Via Compartilhada
Via de Pedestres Sem Nome 1	Via de Pedestres
Via de Pedestres Sem Nome 2	Via de Pedestres

Fonte: Comissão Organizadora, 2024.

Figura 90 - Vias de intervenção no entorno do terreno D.



Fonte: Elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig com base nos resultados das oficinas.

Tabela 90 - Vias de intervenção no entorno do terreno D.

<b>Vias de Intervenção</b>	<b>Tipo de Via</b>
Cruzamento entre a Rua POA Cidade Joia e a Rua Prof. Ziláh Totta	Via Veicular
Cruzamento entre a Rua POA Cidade Joia e a Rua Terezio Meirelles	Via Veicular
Entroncamento entre a Rua Terezio Meirelles e a Rua Trinta e Nove	Via Veicular
Entroncamento entre a Rua POA Cidade Joia e a Rua Trinta e Nove	Via Veicular

Fonte: Comissão Organizadora, 2024.

Figura 51 - Vias de intervenção no entorno do terreno E.



Fonte: elaborado por Ana Aguirre e Elisa Utzig com base nos resultados das oficinas.

Tabela 10 - Vias de intervenção no entorno do terreno D.

Vias de Intervenção	Tipo de Via
Rua Regina de Araújo Rocha	Via Veicular
Rua Algemiro Nunes da Costa	Via Veicular
Alameda da Fumaça	Via Veicular
Via de Pedestres Sem Nome	Via de Pedestres

Fonte: Fonte: Comissão Organizadora, 2024.

## 7. DIRETRIZES GERAIS DE PROJETO

Os projetos urbanos desenvolvidos no âmbito do programa RS Seguro COMunidade devem integrar o planejamento urbano com estratégias voltadas à segurança pública, promovendo espaços mais seguros, inclusivos e equitativos para toda a comunidade. As intervenções precisam considerar tanto o desenho urbano quanto a funcionalidade dos espaços, priorizando a criação de ambientes que estimulem o convívio social e desencorajem práticas que possam comprometer a segurança local.

Essas ações devem considerar não só aspectos socioeconômicos, mas refletir perspectivas etárias, de gênero e étnico-raciais, garantindo que os espaços públicos sejam acolhedores e acessíveis a diferentes grupos, com atenção especial às necessidades de mulheres, crianças, idosos e populações racializadas, frequentemente mais vulneráveis a situações de insegurança. A iluminação, a visibilidade dos espaços, a ocupação ordenada do território e a promoção de atividades que reforcem os vínculos comunitários devem estar no centro das propostas.

Além disso, espera-se que as melhorias propostas contribuam para uma sensação de segurança ampliada e para a valorização do espaço público como elemento essencial do bem-estar coletivo. Esse enfoque integrado e interseccional deve produzir um impacto positivo e duradouro, indo além de soluções pontuais e promovendo transformações estruturais que atendam às necessidades de uma sociedade plural e diversa. Conforme o “Guia de intervenções em espaços públicos”<sup>7</sup>,

*é importante pensar os espaços públicos [...] considerando as diferentes formas de habitá-los e a diversidade de quem habita a cidade em termos de **idade, gênero, origem, nacionalidade, orientação sexual, raça e capacidades motrizes**, entre outras questões. Isso exigirá qualidade e adaptabilidade no desenho do espaço público, para que contemple uma multiplicidade de situações e facilite seu uso sem restrições. Da mesma forma, desempenha um papel muito importante a maneira como será gerenciado um espaço, seja em termos de segurança ou liberdade de acesso, e que atividades serão promovidas nos mesmos, juntos com sua programação.*

As diretrizes descritas a seguir resumem e complementam as demandas descritas ao longo deste TR. Entretanto, todas as necessidades apontadas anteriormente, ainda que não estejam explicitadas neste item, devem ser consideradas nas propostas e inteiramente contempladas pelos projetos executivos do Projeto Urbanístico Integrado – PUI para o território Rubem Berta, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

## 7.1. Sustentabilidade

As propostas deverão incorporar **soluções sustentáveis** para a construção e operação dos equipamentos projetados. Ao se referir a soluções sustentáveis, compreende-se que as mesmas devem ser propostas a fim de solucionar de forma integrada a maior parte dos desafios expostos, abrangendo diferentes dimensões da sustentabilidade, como ambiental, econômica e social. Além disso, preconiza-se o uso de elementos e sistemas voltados para a sustentabilidade que norteiem os projetos e não somente promovam a eficiência ambiental, mas também contribuam para o desenvolvimento social com responsabilidade ambiental e que considerem a viabilidade econômica a longo prazo.

Adicionalmente, é essencial que as propostas estejam alinhadas com as orientações e diretrizes do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)<sup>7</sup>, conforme estabelecido pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável<sup>8</sup> (A/RES/70/1), a Nova Agenda Urbana (A/RES/71/256)<sup>9</sup> e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>10</sup>, em especial, deve-se considerar o ODS 11, que visa “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”.

No quesito **sustentabilidade ambiental**, indica-se que os projetos priorizem o uso de materiais sustentáveis, reciclados e de baixo impacto ambiental, sempre que possível, de origem local e certificada. É essencial que as soluções propostas maximizem a eficiência energética, utilizando tecnologias de energia renovável, como painéis solares, e estratégias de projeto que aproveitem ao máximo a iluminação natural e a ventilação cruzada. A gestão eficiente da água também deve ser considerada, com a inclusão de sistemas de captação e reuso de água da chuva e o uso de tecnologias de baixo consumo de água. Além disso, o paisagismo deve incorporar espécies nativas, adaptadas ao clima local, para minimizar a necessidade de irrigação e manutenção, além de promover áreas permeáveis que aumentem a infiltração da água no solo.

Em termos de **sustentabilidade social**, deve-se considerar a inclusão e a garantia da acessibilidade, bem como promover a convivência entre diferentes faixas etárias. Os espaços

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://unhabitat.org/>

<sup>8</sup> Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>

<sup>9</sup> Disponível em:

[https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A\\_RES\\_71\\_256.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_71_256.pdf)

<sup>10</sup> Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

devem ser projetados com vistas a fortalecer a comunidade, incentivando a interação social e o fortalecimento de laços. A inclusão de espaços dedicados a atividades educativas e culturais, como a biblioteca comunitária e espaços multiusos com infraestruturas adequadas para atividades de capacitação, ensino e lazer, devem ser pensadas para promover a educação continuada e o acesso à cultura.

No aspecto **econômico**, as soluções de projeto e construção devem considerar a durabilidade e o baixo custo de manutenção, selecionando materiais e acabamentos duráveis e de fácil manutenção para reduzir os custos a longo prazo e projetando sistemas e instalações para uma manutenção simples e econômica. Além disso, o projeto deve ser economicamente viável em todas as suas etapas, equilibrando qualidade, durabilidade e custos.

A sustentabilidade **cultural** é outro aspecto importante. O projeto deve respeitar e valorizar a identidade local e regional, integrando elementos culturais e históricos que reflitam as tradições da comunidade. A participação ativa da comunidade local no processo de concepção do projeto, por meio de oficinas participativas, foi essencial para definição do programa de necessidades como reflexo das reais necessidades e desejos dos moradores.

Por fim, destaca-se o tema da **resiliência climática** como uma consideração central no desenvolvimento das propostas. A resiliência climática em projetos arquitetônicos e urbanísticos referem-se à capacidade de espaços urbanos e edificações de resistirem, se adaptarem e se recuperarem de eventos climáticos extremos, como enchentes, ondas de calor, tempestades e secas. Ao integrar princípios de resiliência climática, os projetos não apenas protegem os habitantes e a infraestrutura, mas também contribuem para um ambiente urbano mais sustentável e preparado para as mudanças climáticas futuras. Ligado a isso, resalta-se as **Soluções Baseadas na Natureza (SbN)**<sup>11</sup>, que têm a capacidade de mitigar os efeitos das mudanças climáticas, aumentar a biodiversidade e melhorar a qualidade dos serviços ambientais, ao mesmo tempo em que promovem um equilíbrio sustentável entre o meio ambiente, as atividades econômicas e o bem-estar social. Exemplos de SbN incluem sistemas de biorretenção, como jardins de chuva, que interceptam o escoamento superficial, melhoram a qualidade da água e aumentam os serviços ecossistêmicos; tetos verdes, que ajudam a reduzir o calor das edificações e diminuem o escoamento superficial ao interceptar a chuva; parques urbanos, que melhoram o microclima das cidades e oferecem espaços de

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://sites.usp.br/gipsbn/solucoes-baseadas-na-natureza/>

lazer e convivência; e lagoas urbanas e espelhos d'água, que armazenam água, além da utilização de vegetação nativa para promover a biodiversidade e a resiliência ambiental.

Espera-se que as propostas incluam de forma clara e sistemática estratégias orientadas à sustentabilidade, assegurando que o projeto contribua positivamente. Essas sugestões visam orientar a aplicação prática das diretrizes de acessibilidade, assegurando que o projeto de urbanismo social no Território Rubem Berta seja inclusivo e atenda às necessidades de todos os seus moradores.

## **7.2. Acessibilidade**

As soluções propostas devem garantir a acessibilidade universal prevista em legislação e normas específicas, promover a inclusão e possibilitar a utilização dos espaços, equipamentos e mobiliários simultaneamente por todas as pessoas, com autonomia, segurança e conforto. Devem ser consideradas as concepções de uso equiparável, flexível e intuitivo, bem como de informações perceptíveis e tolerância ao erro, de forma a atender a ampla gama de indivíduos, preferências e habilidades.

Observar o conjunto de leis, decretos e normas nacionais que estabelece diretrizes e exigências para a acessibilidade universal é essencial para criação de espaços mais inclusivos. Essas regulamentações, que visam garantir que os ambientes construídos sejam acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas, sensoriais ou cognitivas, vão além da eliminação de barreiras e adequação física dos espaços, promovendo dignidade, autonomia e igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Partindo dessas leis e normas vigentes para assegurar que todos os ambientes sejam projetados e adaptados para atender às necessidades de todos os indivíduos, cabe destacar alguns elementos básicos, aqui apresentados como guias, a serem considerados em projeto para que se cumpra a acessibilidade universal.

Garantir que os acessos e as circulações sejam projetados com rampas suaves, respeitando as inclinações adequadas, e equipados com corrimãos em ambos os lados para facilitar o uso por pessoas com mobilidade reduzida. A utilização de pisos táteis ao longo de calçadas e vias de circulação auxilia na orientação de pessoas com deficiência visual, enquanto a eliminação de desníveis e obstáculos nas calçadas assegura a passagem segura de cadeirantes.

No parque infantil, é recomendável incluir brinquedos que sejam acessíveis para crianças com diferentes tipos de deficiência, como balanços adaptados e áreas de areia com acesso facilitado. Além disso, os espaços de estar com bancos podem ser projetados com áreas reservadas para cadeirantes e assentos confortáveis e com encosto, atendendo às necessidades de idosos e pessoas com mobilidade reduzida. Para o chimarródromo, academia ao ar livre e cancha de bocha, o acesso deve ser garantido com superfícies planas e caminhos largos, possibilitando a livre circulação de todos os usuários.

As instalações internas, como salas multiuso, salas de reuniões e eventos, devem contemplar bancadas e mesas em alturas ajustáveis ou acessíveis, além de garantir que as portas sejam largas o suficiente para a passagem de cadeirantes. Incluir prateleiras de fácil alcance e mesas ajustáveis em altura. Para o campo de futebol, construir rampas que conectem as arquibancadas, e vestiários adaptados com chuveiros e sanitários que possam ser utilizados por cadeirantes.

No espaço multiuso destinado a artes, dança, capoeira, lutas e carnaval, é essencial garantir que o piso seja nivelado e antiderrapante, além de projetar o espaço de maneira que permita a participação de pessoas com deficiência em todas as atividades. Também é importante considerar a instalação de sinalização acessível em todos os espaços, incluindo placas em braile e pictogramas, para facilitar a orientação de todos os usuários.

Importa destacar que as propostas não devem se limitar apenas a questões técnicas sobre o tema, mas compreender essa diretriz como uma forma de garantir que todas as pessoas possam experienciar e vivenciar os espaços projetados, sentindo-se parte deles.

### **7.3. Habitabilidade**

Com base nos pressupostos da psicologia ambiental, área que estuda as inter-relações entre ambientes físicos, sejam eles naturais ou construídos, e o comportamento humano, a atenção aos quesitos relacionados à habitabilidade da edificação é uma diretriz que deve ser destacada.

Para os espaços multiuso para artes, dança, capoeira e lutas, por exemplo, deve-se ter uma planta livre de obstáculos e um piso adequado para diferentes atividades. Além disso, é importante equilibrar a privacidade e a convivência, considerando que alguns ambientes, como salas de reuniões e assembleias, exigem privacidade acústica e visual, enquanto áreas comuns, como a sede da associação de moradores, devem fomentar a interação social.

Dessa maneira, as propostas devem apresentar soluções espaciais e construtivas que ofereçam condições para o pleno desenvolvimento das atividades a serem desenvolvidas. Para o atendimento das variáveis de conforto ambiental, devem ser estudadas, desde o lançamento das propostas, a orientação da edificação, os efeitos dos ventos, da umidade, das temperaturas médias - inverno e verão - e da insolação solar, bem como as características arquitetônicas e as interferências do meio em que os lotes estão inseridos.

Com relação ao desempenho lumínico, e considerando que o conforto visual está diretamente ligado ao nível de iluminação de um ambiente, as propostas devem garantir a máxima utilização de luz natural, garantindo as qualidades de eficiência energética dos ambientes.

No que diz respeito ao projeto dos ambientes de espaço aberto, deve-se atentar também para as questões de conforto ambiental, incorporando na proposta estudos de insolação, ventilação e questões acústicas, bem como prever espaços flexíveis e funcionais para as distintas situações e ocasiões do ano, prevendo, por exemplo, áreas de sol e de sombra, cobertas e descobertas, a partir dos equipamentos previstos no programa de necessidades.

#### **7.4. Exequibilidade, Economia, Viabilidade Técnico-construtiva e Custo Estimado**

As propostas devem considerar a viabilidade técnica e econômica que permita equacionar as variáveis inerentes ao projeto de requalificação urbana, reconhecendo os riscos, os custos financeiros e os impactos ambientais decorrentes da implantação, operação e manutenção das alternativas propostas. Também deve ser levado em consideração o dinamismo que se deseja proporcionar à comunidade local, bem como as características geográficas, urbanísticas, econômicas e populacionais da região, para que o projeto seja factível.

Da mesma forma, as propostas devem contemplar as características socioeconômicas da cidade e do entorno do projeto e prever, estrategicamente, a distribuição dos usos e equipamentos para o melhor aproveitamento da utilização pública, inclusiva e democrática, com a intenção de fomentar e potencializar o desenvolvimento socioeconômico local, bem como valorizar a cultura e a política por meio da valorização da esfera pública.

Além disso, as propostas devem considerar a viabilidade técnico-constructiva, de modo que permita equacionar as variáveis inerentes ao projeto, reconhecendo os riscos, os custos financeiros e os impactos ambientais decorrentes da implantação, operação e manutenção das alternativas propostas.

As propostas devem estar adequadas à infraestrutura de um espaço público, priorizando a racionalidade, sem incorrer em custos elevados de manutenção e operacionalização do espaço. Considerando a perspectiva de recursos limitados para a execução das obras, espera-se que as propostas apresentem soluções que reduzam os custos sem, contudo, reduzir a qualidade do projeto.

Fica estimado a quantia **R\$ 25.388.098,05** (vinte e cinco milhões, trezentos e oitenta e oito mil, noventa e oito reais e cinco centavos) como valor estimado pela administração para a execução da obra, a ser incluso neste valor o BDI, Benefícios e despesas indiretas, estipulado em **22,12%**, de acordo com o Acórdão 2622/2013 do TCU. Assim, na planilha orçamentária de referência, que deve ser apresentada na última prancha, este deve ser o valor máximo admitido. Este valor pode ser majorado futuramente caso seja de interesse do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

## **7.5. Inovação**

Propostas inovadoras são aquelas capazes de manter e gerar ambientes urbanos propícios ao desenvolvimento das potencialidades humanas, fortalecendo as vocações existentes e buscando soluções para os problemas que se apresentam de forma sinérgica. Recomenda-se que as soluções propostas considerem as demandas tecnológicas da experiência urbana contemporânea, a fim de agregar elementos inovadores, em especial no que diz respeito a mobiliário, equipamentos urbanos, materiais, revestimentos e infraestrutura. Da mesma forma, é importante que as soluções partam de premissas sustentáveis em todas as escalas e que sejam adequadas ao contexto cultural, econômico e ao porte do município.

## **7.6. Urbanismo e Paisagismo**

As propostas devem prever a harmonia entre as diferentes escalas e interfaces da paisagem: cidade, território, entorno imediato aos lotes e área de intervenção. Em relação à paisagem urbana, é essencial considerar as informações históricas e geográficas, bem como

dados climáticos, de temperatura e precipitação, conforme descritos no item 1 deste Termo de Referência.

A área de intervenção deve ser tratada urbanística, paisagística e ambientalmente de forma integrada, no sentido de se reconhecer enquanto conjunto. Também, deve ser prevista a inserção de novas áreas verdes, explorando suas funções estéticas e funcionais, com espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas, de preferência nativas da região. Portanto, o projeto deve:

- Prever a integração harmônica entre as diferentes escalas e interfaces, reconhecendo a continuidade do espaço e garantindo identidade e unidade ao local;
- Requalificar urbanística, paisagística e ambientalmente os espaços, de forma a atribuir qualidade e conexões que atualmente são diferenciadas no que diz respeito a sua morfologia;
- Implementar a arborização de forma harmoniosa, utilizando espécies da região e adequadas para a arborização de vias públicas e espaços de lazer, com o objetivo de qualificar e compor a paisagem urbana, gerar sombreamento e melhorar a qualidade estética e ambiental do espaço;
- Prever o plantio de flores, forrações, vegetação arbustiva, entre outras estratégias de Arquitetura da Paisagem a fim de explorar sua função estética e funcional;
- Considerar desenhos de pisos e pavimentação como estratégia para ordenar fluxos e organizar espaços, priorizando a permeabilidade do solo, a utilização de materiais adequados e a acessibilidade universal.

### **7.7. Iluminação Pública**

- Proposição de iluminação funcional adequada para todo o espaço, valendo-se da ampla gama de diversidade de postes e luminárias de distintas alturas, bem como prevendo a incorporação de iluminação cênica para demarcar pontos específicos;
- Garantir a iluminação para a escala de pedestres e ciclistas a fim de humanizar e conferir segurança e acessibilidade nos pontos e nos caminhos em que há maior fluxo de pedestres;

## **7.8. Equipamentos e Mobiliário urbano**

Equipar o espaço com mobiliário urbano inclusivo que propicie aproveitamento dos usos públicos, sejam esses de permanência ou passagem;

- Contemplar mobiliário urbano de apoio ao lazer em função do modal cicloviário e para caminhadas e corridas;
- Prever a instalação de lixeiras ecológicas adequadas ao projeto, prevendo separação que favoreça a reciclagem e a estratégias de sustentabilidade;
- Prever a instalação de bicicletário e/ou paraciclos em pontos estratégicos;
- Realizar proposta de comunicação visual, incorporando a sinalização geral e específica para pontos históricos e turísticos.

## **8. DIRETRIZES LEGAIS**

O atendimento pleno às normativas legais será resultado da elaboração dos projetos executivos e respectivos licenciamentos. Cabendo ressaltar que a legislação e normas aplicáveis deverão ser viáveis desde a elaboração dos estudos preliminares.

### **Legislação Pertinente:**

- Norma Brasileira ABNT NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Norma Brasileira ABNT NBR 9077 - Saídas de emergência em edifícios;
- Norma Brasileira ABNT NBR 15575 - Norma de Desempenho;
- Norma Brasileira ABNT NBR 8160 – Esgoto Sanitário;
- Norma Brasileira ABNT NBR 16071 – Playgrounds;
- Norma Brasileira ABNT NBR 16.636-1 – Projetos de Arquitetônicos e Urbanísticos;
- Norma Brasileira ABNT NBR 6492 - Representação Gráfica;
- Resolução 52 - Código de Ética - Arquitetura e Urbanismo;
- Lei Federal nº 12.51 - Código Florestal;
- Lei Estadual n.º 15.434 de 09 de janeiro de 2020 e alterações posteriores - Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul. Código Ambiental Estadual;
- Lei Complementar Estadual nº 14.376/2013 e alterações posteriores- Estabelece normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.